

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**LEODIR FRANCISCO RIBEIRO**

**POR ENTRE CORPOS, VIDAS E CULTURAS: UM (DES) ENCONTRO  
ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL**

**SOROCABA/SP  
SETEMBRO/2004**

**LEODIR FRANCISCO RIBEIRO**

**POR ENTRE CORPOS, VIDAS E CULTURAS: UM (DES) ENCONTRO  
ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos A dos Santos Reigota

**SOROCABA/SP  
SETEMBRO/2004**

**LEODIR FRANCISCO RIBEIRO**

**POR ENTRE CORPOS, VIDAS E CULTURAS: UM (DES) ENCONTRO  
ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes Professores:

---

1º Exam. Prof. Dr. Wagner Wey  
Moreira

---

2º Exam. Prfª Dra. Eni de Jesus Rolim

Sorocaba, 10 de setembro de 2004

Dedico este trabalho à Julia Maria e  
a todos e todas que sonham e lutam por um  
mundo melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida, aos meus pais Salvador e Jordina, pelo exemplo de luta, fé, perseverança e dignidade, a Marcos Reigota, que foi mais que um orientador, e sim um irmão, um amigo. A Luciane Santiago por ter dado a razão do meu viver (Julia Maria) e pela inspiração... Aos meus amigos, irmãos Mauricio Massari e Ricardo Barbosa, pela força, companheirismo e confiança. Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas pela confiança demonstrada. A Vitor Setani, pelas palavras de incentivo e exemplo de confiança, a Adolfo Santiago e Maria Eugênia, pela acolhida e carinho, a Márcia Nunes, pelo apoio e incentivo, a Marinez e Adailson Brum, pelos ombros que me acolheram tantas vezes, a Evelyn Gennari, pelo apoio quando mais precisava, a Fabiana, pelo otimismo contagiante, a Elizandra, pelo exemplo de luta, a Sildete Pereira, Assislene e Solange, pela grande amizade, a Sandra Bez, pela confiança e carinho.

A todos e todas que duvidaram, pelo incentivo.

Que Deus abençoe a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para esta realização.

## **RESUMO**

### **POR ENTRE CORPOS, VIDAS E CULTURAS: UM (DES) ENCONTRO ENTRE A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**

A partir da metodologia das histórias de vida, da viagem como possibilidade de conhecimentos, o autor mostra o seu encontro, enquanto professor de Educação Física, com a Educação Ambiental. A trajetória de cada um inserida num contexto histórico, político, social, ecológico e cultural pode significar e resultar numa análise das grandes questões contemporâneas. Realiza uma pesquisa a partir de eventos científicos da Educação Física e da Educação Ambiental, onde analisa a produção acadêmica que faz ou propõe uma relação entre a disciplina Educação Física e o tema transversal - Educação Ambiental. Acrescenta-se de uma reflexão de como está a prática da Educação Física e da Educação Ambiental no cotidiano da escola. Termina por apresentar possibilidades de trabalhos, a partir do olhar que se tem sobre a Educação Física e Educação Ambiental, concebida como educação política, propondo novos olhares sobre as questões ambientais.

## **ABSTRACT**

### **AMONG BODIES, LIVES AND CULTURES: A ( ) MEETING BETWEEN PHYSICAL EDUCATION AND ENVIRONMENTAL EDUCATION.**

From methodology of life's histories, journey as possibility of knowledge, the author shows his meeting, as teacher of Physical Education, with Environmental Education. The way of each one inserted in a historical, political, social, ecological and cultural context can mean and result in an analysis of big contemporary questions. Realize a survey from scientific events of Physical Education and Environmental Education, where analyze the academic production that makes or propose a relation between Physical Education. Adding a reflexion about how is the practice of Physical Education and Environmental Education day by day at school.

End up reporting possibilities of work, from looking about Physical Education and Environmental Education, conceived as political education, come up with new looking about environmental questions.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>CAPITULO 1 – O ENCONTRO</b>	
1.1 – Primeiras palavras de uma história	11
1.2 – Uma viagem etnográfica	26
1.2.1 – A descoberta	27
1.2.2 – Laranjal do Jari, Reserva do Iratapuru e Projeto jari	34
1.2.3 – Escola Família Agrícola do Carvão	39
1.2.4 – Projeto Escola Bosque	44
1.2.5 – O retorno e reflexão	54
<b>CAPITULO 2 – (DES) ENCONTROS</b>	
2.1 – A Educação Ambiental na Educação Física: um retrospecto	60
2.2 – A Educação Física Escolar e a Educação Ambiental na Escola	78
2.3 – Narrativas Ficcionalis	89
<b>CONCLUSÕES</b>	99
<b>REFERÊNCIAS</b>	108



## INTRODUÇÃO

Reconhecer-se a si mesmo, como sujeito da história, pode ser mais complicado e penoso do que tentar reconhecer o outro sob o mesmo aspecto. (REIGOTA, 2003). Aceitei o desafio e, com base na “Metodologia da História de Vida” (NÓVOA, 2000), procuro traçar o meu percurso, enquanto professor de Educação Física, até o mestrado em Educação na Universidade de Sorocaba – UNISO -, numa narrativa que mistura minha história profissional com a história do Parque Estadual do Jurupará e sua influência nas minhas atividades profissionais e pessoais.

Busco, nesta primeira parte, refletir como a história de sujeitos anônimos é importante para conectarmos com os acontecimentos globais. A trajetória de cada um, inserida num contexto histórico, político, social, ecológico e cultural, pode significar e resultar numa análise das grandes questões contemporâneas. Através dos acontecimentos que mudaram o rumo da história de muitas famílias que nasceram e viviam nas terras do Parque Estadual do Jurupará, inclusive a minha, construí ideais ambientalistas que influenciam minha prática enquanto cidadão, professor e professor de Educação Física escolar. Ideais e práticas que foram desconstruídas e reconstruídas a partir da reflexão sobre o “cotidiano” e as “intervenções educativas” onde, através de reflexões sobre os aspectos sociais, culturais, filosóficos, psicológicos, das questões ambientais, pude desconstruir as representações de uma Educação Ambiental naturalista, conservacionista, que “insiste na necessidade de preservar a natureza, despolitizando a questão, e está despreocupada ou despreparada para entender a relação natureza-sociedade”

(REIGOTA, 1999), para reconstruir uma representação de Educação Ambiental como educação política. Construindo ideais ecologistas.

Com o “olhar do viajante”, atento aos conhecimentos que proporcionam uma viagem, buscando nas relações cotidianas, nas pessoas comuns, coloquei a mala nas costas e fui ao Estado do Amapá, onde pude averiguar, na prática, a Educação Ambiental enquanto educação política e todas as conseqüências que uma prática ecologista pode nos oferecer.

Das reflexões de Daólio (1995); Barbosa (2001) sobre a influência do vivido dos (as) profissionais de Educação Física em suas práticas, bem como da experiência vivenciada na Escola Bosque do Bailique no Estado do Amapá, resultou o grande questionamento deste trabalho: Como a Educação Física escolar pode trabalhar com as questões da Educação Ambiental em seu cotidiano?

Através do estudo das produções da área da Educação Física que abordassem a questão ambiental, pude identificar profissionais de Educação Física que têm em sua prática cotidiana a preocupação com as questões ambientais, o que me impulsionou a avançar na pesquisa de produções que abordassem a temática ambiental. Cheguei então a dois grandes congressos da Educação Física no Brasil, que foram o XII e XIII CONBRACE – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em 2001 e 2003, e o 1º e 2º Congresso Científico Latino-Americano da FIEP/UNIMEP, realizados respectivamente em 2000 e 2002. Foram analisadas as produções científicas apresentadas em forma de conferências ou mesas-redondas, artigos, seminários, comunicações orais e pôsteres ou painéis. Identificadas as produções da Educação Física que abordam a questão ambiental, procurei identificar produções nos eventos da Educação Ambiental que tratassem da Educação Física. Para tanto, analisei o I Simpósio Sul Brasileiro de Educação

Ambiental realizado em 2002 e o Congresso Mundial de Educação Ambiental realizado em Portugal, no ano de 2003.

Apresento uma análise da prática da Educação Física escolar e das ações de Educação Ambiental na escola, terminando por expor uma reflexão sobre que tipo de Educação Física em diálogo com a Educação Ambiental pode contribuir para a construção da cidadania, em busca da qualidade não de “uma” vida e sim “da vida”, muitas vidas.

## **CAPÍTULO 1 – O ENCONTRO**

### **1.1 – PRIMEIRAS PALAVRAS DE UMA HISTÓRIA**

“O professor é a pessoa: e uma parte importante da pessoa é o professor”  
(Jenifer Nias, 1991 apud NÓVOA, 2000)

Quando se opta por fazer um curso superior, vários são os motivos que influenciam a escolha entre uma ou outra profissão, sejam eles os que trarão ganhos financeiros, status, ou simplesmente pela convivência e aptidão por determinada atividade. Tendo como referência o “Método (auto) biográfico” ou “Metodologia das histórias de vida” (NÓVOA, 2000) descreverei meu percurso até o curso de Mestrado em Educação, na Universidade de Sorocaba – UNISO - do qual a presente dissertação é fruto, e o processo pelo qual pude chegar ao meu objeto de pesquisa. “O desenvolvimento de uma carreira é, assim, um processo e não uma série de acontecimentos” (HUBERMAN, 2000). Fazer um retrospecto do que foi escolher uma profissão, bem como sentir-me parte de uma transformação, que deve ser constante, como é a vida e como desejamos que seja a educação, é se ver como “sujeito da história”, buscando uma “fundamentação de práticas pedagógicas pautadas no pensamento de Paulo Freire” (REIGOTA, 2003), é reconstruir sua história profissional e a história da sua profissão, dentro da sua história pessoal. “Os momentos de balanço retrospectivo sobre os percursos pessoais e profissionais são momentos em que cada um produz a <<sua>> vida, o que, no caso dos professores,

é também produzir a <<sua>> profissão.” (NÓVOA, 2000). “Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és. E vice-versa” (id.).

A força motriz da história é a condição humana, em tudo o que ela tem de bom e mau. Todos temos sonhos, frustrações, desejos, expectativas, dúvidas, angústias, aflições. Somos forçados a ter de optar entre caminhos e a arcar com o que disso decorre. Enfrentamos desafios, ora ganhando, ora perdendo. Somos todos a matéria-prima das páginas do mundo (REIGOTA,2003)

Quando iniciei como professor de Educação Física, tracei, mentalmente, alguns objetivos profissionais que deveria buscar ao longo de minha carreira. Pensava em cursar uma especialização, tanto incentivada pelo Prof. Paulo Borges, da Faculdade de Educação Física de Sorocaba (FEFISO), que dizia que somente nós, profissionais de Educação Física, poderíamos dar à profissão o devido respeito que ela merece. Também objetivava cursar um mestrado e, posteriormente, um doutorado, pois, assim, poderia crescer profissionalmente e valorizar a Educação Física. “Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional” (NÓVOA, 1995)

Concluí o curso de graduação em Educação Física e, imediatamente, matriculei-me no curso de especialização em Fisiologia do Esforço na Universidade Metodista de Piracicaba. Nessa época, já lecionava em escolas de ensino fundamental da rede estadual e particular, porém alimentava o sonho de trabalhar somente com futebol (já trabalhava com escolinhas de futebol). Essa paixão pelo futebol e pelos esportes foi um dos motivos que me levaram, e acredito que levam muitos e muitas, a cursarem uma faculdade de Educação Física. Pela experiência da convivência com meus companheiros e companheiras de graduação, a maioria dos (as) estudantes que optam pela Educação Física tem como objetivo ser um

profissional que irá atuar exclusivamente com esportes (técnicos esportivos). Isso acontece porque, na sua escolha por tal área, pesou o fato de praticar e gostar de algumas modalidades esportivas. Daólio (1995), ao entrevistar profissionais de Educação Física, verificou que:

Falam de um corpo livre, que não tinha ou não se preocupava com técnicas rígidas; um corpo “natural”, que brincava e sentia prazer. É com esse mesmo corpo “natural” que eles passam a gostar do esporte, alguns tornam-se atletas e são assíduos freqüentadores das aulas de Educação Física. Procuram uma faculdade que vai ao encontro dessas atividades esportivas e tornam-se professores. (id.)

Porém, pude notar uma inversão quanto ao sonho da prática, no último ano do curso de graduação, pois a maioria já trabalhava como professores e professoras eventuais, substitutos ou mesmo estagiários em escolas públicas ou particulares, ou seja, com a Educação Física escolar.

No decorrer do curso de pós-graduação *latu-sensu*, comecei perceber que aquilo que eu estava estudando não tinha muito a ver com minha prática diária, tanto nas escolas de ensino fundamental como nas escolinhas de futebol, pois, em ambas, meu trabalho com a Educação Física era fundamentalmente educacional, e aqueles conhecimentos obtidos no curso de pós-graduação poderiam contribuir para minha prática, porém não eram essenciais para meu crescimento enquanto profissional de Educação Física “escolar”. Foi quando, em uma dessas reuniões pedagógicas na EMEF Euclides de Oliveira, em São Roque, um professor me falou do seu interesse em cursar o mestrado e mostrou um folder do curso de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba - UNISO. Nessa proposta havia a área temática de Educação Ambiental, o que me chamou mais a atenção, pois minha família tem uma história de luta na questão ambiental. Imediatamente, parei o curso de especialização em Fisiologia do Esforço e inscrevi-me no exame seletivo do curso de mestrado em educação da UNISO.

A questão ambiental está presente em minha vida, desde a preocupação com a cultura, que era transmitida em forma de histórias, de músicas, costume muito apreciado pelos mais velhos da minha família, como também por ter nascido e vivido alguns anos, em uma área de preservação ambiental em um bairro chamado Rio dos Bagres, distante cerca de 50 km da sede do município de Ibiúna, que fica a 70 km da capital do Estado de São Paulo. Sétimo filho de uma família de oito irmãos (3 mulheres e 5 homens, um irmão faleceu vítima da grande epidemia de meningite de 1973). Morávamos em uma grande porção de terra adquirida e parte herdada pelo meu avô Benedito Francisco Ribeiro de seu pai, que foi um dos primeiros a adentrarem as matas das “terras do 2º Perímetro de São Roque” (o município de Ibiúna pertenceu até 1960 à Comarca de São Roque) e formar os vilarejos, que recebiam os nomes de acordo com as famílias que ali se estabeleciam (RIBEIRO,2002) . A única escola que atendia a todas as 7 comunidades da região ficava distante cerca de 7 km de nossa casa, o que dificultava em muito o acesso à educação escolar. Também por isso somente os filhos homens tiveram acesso à escola. As terras do 2º perímetro de São Roque, no qual nossas terras estavam incluídas, foram decretadas “devolutas” em 1959, “por sentença do MM. Juiz de Direito da Comarca de São Roque” (SÃO PAULO, 1978), finalizando um processo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo contra os proprietários de terras da região, iniciado em 13 de setembro de 1939. Desde então, as terras da região (23.900,47 hectares) ficaram “indisponíveis”, como se definiu o termo “devolutas” que, segundo o dicionário da língua portuguesa, significa “desocupada, desabitada”. Vale ressaltar que, no referido processo, não tiveram suas terras declaradas devolutas a “S.A. Industrias Votorantim e Abel Marques de Almeida”, que

participaram ou tiveram representantes nas audiências, e os que “deixaram de contestar” receberam a “justificação de posse... nos termos da lei”. (RIBEIRO, 2002).

Os moradores, nativos da região, que viviam da agricultura de subsistência, da extração vegetal (principalmente do palmito) e da exploração do carvão vegetal, não foram avisados da tal decisão e das conseqüências que ela causaria a todos e continuaram suas atividades normais, produzindo o necessário para sua subsistência e, em alguns casos, vendendo o excedente da produção nos centros urbanos como Sorocaba, Votorantin, São Roque, Ibiúna, Juquitiba e no “mercadão”, em São Paulo. O transporte dessas mercadorias era feito em tropas de muares. Em 1978, o então governador do Estado, Paulo Egydio Martins, através do decreto nº 12.185, transformou as terras devolutas em Reserva Florestal do Estado. (SÃO PAULO, 1978).

A partir de então, os moradores começaram a sofrer pressões para deixarem suas propriedades, pois as mesmas “não lhes pertenciam mais...”. A escola do bairro dos Lúcius foi fechada, a exploração do carvão foi proibida, o que, segundo meu pai não foi a pior coisa, “...duro era não poder fazer novas plantações...” e, quando ousavam fazer, eram multados ou tinham suas plantações cortadas. Nessa época, muitos moradores da região mudaram-se para as cidades de Juquitiba, Ibiúna e Piedade, deixando para trás suas casas, terras, histórias. Enfim, a maior parte de suas vidas.

Com a doença e morte do meu avô, em 1980, mudamos definitivamente para o bairro dos Soares, no município de Piedade, onde fui matriculado na Escola Estadual Isolada. Ali já moravam um tio e meus primos. Foram eles meus companheiros nos dois meses que estudei. Não me lembro muita coisa daqueles meses de escola, pois a professora mais faltava que vinha dar aulas, devido às



dificuldades de acesso. Ao final de março, nos mudamos para o município de Ibiúna, pois, com a venda “a preço de banana”, das terras, e dividida a herança (que foram as terras e as “traias” de tropeiro do meu avô), meu pai conseguiu comprar um pequeno pedaço de terra no bairro do Cupim, a dez quilômetros da cidade de Ibiúna. Que contradição: o dinheiro da venda dos 95 alqueires deu para comprar 2500 metros de terra e construir uma pequena casa que não foi terminada. Ela somente foi concluída com a venda do Pelé e do Tordilho, um cavalo e um burro, respectivamente, que haviam sobrado da tropa herdada pelo meu pai. Foram vendidos por último, por serem os melhores e mais queridos pela família.

Em 22 de setembro de 1992, através do Decreto 35.703, a então Reserva Estadual do Jurupará foi transformada em Parque Estadual do Jurupará. (SÃO PAULO, 1992), (RIBEIRO, 2002). À área da Reserva, 23.900,47 hectares, foram acrescidos, 2.350 hectares integrados pela atual Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) ao Parque, totalizando os atuais 26.250,47 hectares. Dos objetivos apresentados para a transformação em terras devolutas, para a criação da reserva e posteriormente em parque estadual, destaque para a necessidade de se preservar a grande área de remanescentes da Mata Atlântica, das espécies animais e dos recursos hídricos abundantes na região, que “poderiam vir a suprir a demanda hídrica da grande São Paulo”. Ao forçar a saída, para não dizer expulsar os moradores da região, o Estado esqueceu-se de que as pessoas que ali habitavam possuíam uma longa história local, com suas tradições, costumes, enfim, esqueceu-se a cultura das comunidades, pois, com a migração para as cidades vizinhas, as famílias se distanciaram e pouco restou das tradições do “povo do sertão”, como éramos conhecidos. As famosas festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, as danças de São Gonçalo, as corridas de cavalos e burros, a equipe de futebol

composta somente por irmãos, tios, sobrinhos (somente membros da família dos Lúcios, que tinha essa denominação em respeito ao patriarca da família – José Lúcio Alves dos Santos, meu avô materno, muito conhecido como Lúcio Velho), as rodas de viola e cantorias que animavam as noites enluaradas nas reuniões de família...foram esquecidas. Muitos não tocam e nem cantam mais...dizem ter esquecido...mas se emocionam ao lembrarem aqueles tempos...

Quanto às terras, o que se viu e se vê até hoje é um parque com uma área imensa (26.250,47 hectares), sendo 98% (25.725,46 hectares) no município de Ibiúna e 2% (525,1 hectares) no município de Piedade, divisando ainda com os municípios de Juquitiba, Tapiraí e Miracatu, já no vale do Ribeira. Esta área está inserida no Plano Estadual de Recursos Hídricos (1990), incluída no Tombamento das Serras do Mar e Paranapiacaba, através da resolução nº 40 de 04/07/1985, indicada e aprovada pelo COBRAMAB – Comitê Brasileiro do Programa Homem Biosfera – como parte do Cinturão Verde da Grande São Paulo e abriga vários ecossistemas significativos da Mata Atlântica, com exuberante fauna e flora, com muitas espécies ameaçadas de extinção, totalmente aberto, sem sequer um plano de manejo. As terras vendidas foram transformadas em chácaras de fins de semana, tendo muitos proprietários desmatado algumas áreas e introduzido pequenas criações de bovinos. Muitos também se glorificam por terem uma área para “fazerem suas caçadas”, para pescarem, sem falar da exploração do palmito, que continua sem nenhum controle, o que muitos nativos faziam somente para seu consumo. Não sou contra a criação do parque, contra a preservação, e sim contra a maneira como foi feito o processo de criação e do desleixo que se instalou após sua criação.

Realizei alguns trabalhos voltados aos usuários do parque, principalmente aos pescadores que se dirigem à represa da Cachoeira da França, com a colocação

de placas, distribuição de cartazes e abordagem direta, alertando que estavam adentrando um parque estadual, infelizmente o poder público, ou melhor, os agentes do poder público parecem trabalhar ao contrário. Posso citar como exemplo a construção de pontes sobre os rios que dão acesso ao parque, facilitando os “usuários” e, conseqüentemente, aumentando o fluxo de “pescadores e caçadores”. Até pouco tempo, para se chegar à região do Parque Estadual do Jurupará necessitava-se no mínimo de um veículo com tração 4X4, pois teria de atravessar por dentro de rios e córregos, além de enfrentar muitos lamaçais. Atualmente, qualquer veículo, com mínimas condições de uso, tem acesso. Meu questionamento é: por que essas melhorias não foram feitas enquanto havia moradores nativos na região? Facilmente respondida, mas de difícil aceitação.

Quando decidi inscrever-me para o mestrado em educação, o que me atraiu foi, sem dúvida, a possibilidade de continuar crescendo na área educacional e também buscar mais formação na questão ambiental, daí meu interesse pela área temática Educação Ambiental. Manifestado meu interesse e disposto a redigir um projeto de pesquisa para concorrer a uma das vagas do curso de mestrado, recebi prontamente a ajuda do professor de Geografia Adilson Daniel Ruiz da escola citada, formado pela USP, e que, na época, cursava uma pós-graduação. O Professor Adilson me trouxe alguns livros da biblioteca da USP e me deu algumas orientações quanto à elaboração do projeto de pesquisa.

Aprovado na prova teórica, fui selecionado para a entrevista. Fui questionado sobre o interesse em cursar o mestrado, a disponibilidade de tempo (que foi meu grande tormento durante todo o curso) e sobre minha proposta de pesquisa, na qual manifestava o interesse relativo ao parque estadual do Jurupará. Na entrevista, conheci o Prof. Marcos Reigota, que me questionou sobre as referências

bibliográficas citadas na proposta de pesquisa, perguntando se eu me considerava um ambientalista! Disse que sim, louco para lhe devolver a pergunta – o que é ser um ambientalista ou ecologista? Ele perguntou também sobre o livro “As Três Ecologias” de Félix Guattari, incluída na bibliografia do pré-projeto de pesquisa. Respondi que havia lido o livro para buscar subsídios para a elaboração de uma proposta de pesquisa na área ambiental, mas não havia entendido muita coisa, pois desconhecia muitos termos usados pelo autor e também era a primeira vez que ouvia falar de ecosofia e outros conceitos.

Aprovado e aceito, dei início ao curso em março de 1999, mas tive que trancar a matrícula por problemas financeiros. Retornei no segundo semestre de 2001, e me inscrevi na disciplina ministrada pelo Prof. Marcos Reigota, com o título “Cotidiano e intervenção educativa”.

No retorno ao curso de mestrado, a linha de pesquisa da Universidade de Sorocaba havia mudado e a área temática de Educação Ambiental não existia mais.

O mestrado tinha e tem sua área de concentração em Educação Escolar e conta com as seguintes linhas de pesquisa: processos de ensino e aprendizagem no espaço da aula e a instituição escolar no Brasil.

Na impossibilidade de pesquisar sobre o parque estadual do Jurupará, fiquei totalmente perdido sobre minha intenção de pesquisa em Educação Ambiental, o que foi aumentando a partir dos conhecimentos sobre a questão ambiental que ia adquirindo e construindo na disciplina “Cotidiano e intervenção educativa”. Nessa disciplina, Marcos Reigota falou de seu trabalho em Educação Ambiental, suas bases teóricas, indicando leituras em que eram debatidas e esclarecidas as dúvidas anotadas pelos alunos e alunas. A cada encontro, existia também uma tarefa que se baseava em leituras e comentários sobre textos trazidos pelo professor, que sempre

fazia comentários sobre as atividades entregues pelos alunos e alunas, mostrando as diferentes visões que cada um tem sobre determinado assunto. Agora começava a entender “As Três Ecologias”: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana (GUATTARI, 1997). O meu conceito de Educação Ambiental estava cada vez mais diferente e notava o mesmo com os outros componentes do grupo. A desconstrução ficava clara, na medida em que avançavam as leituras, nos exemplos de trabalhos e nas discussões e produções do grupo. Nas tarefas, li e opinei sobre assuntos políticos, culturais, sociais, ecológicos, locais, regionais e mundiais.

Dos sons de Naná Vasconcelos ao Teatro Oficina, das obras de Picasso à música indígena, tudo ia sendo deglutido em um banquete de informações que me colocava cada vez mais em um contexto de responsabilidade em relação à questão ambiental. Em nossa aula depois do dia 11 de setembro de 2001, refletimos sobre a relação de poder entre os países do hemisfério norte e os do sul, e o “principal problema ambiental da atualidade” - as guerras, que destroem não somente os bens físicos e sim culturas, vidas...

Toda semana o professor escolhia uma ou duas tarefas produzidas pelos alunos e alunas para fazer os comentários. Prendi-me às tarefas onde se ressaltavam as questões culturais. Em especial, a tarefa 7. Partindo da qual escrevi sobre um texto publicado no Jornal “O Liberal”, de Macapá, que falava sobre os índios que ensinam suas músicas a estudantes em oficina realizada na capital do Amapá. Vou me ater a um trecho das palavras da coordenadora geral da oficina, Marlui Miranda: “... queremos que haja um só corpo, um só sentimento, porque nós somos muitas etnias, mas todos temos dentro de nós um pouco de índio, do

africano, do europeu”. Nós somos muitas etnias, com várias crenças, costumes e conhecimentos, o que é de se imaginar em um país com as dimensões do Brasil.

Como é notório, a nossa colonização foi de exploração, na qual tentou se impor, seja na educação ou na cultura, o domínio europeu. Assim os maiores prejudicados com essa exploração foram os indígenas (os verdadeiros donos das terras), que tiveram de aprender nova língua, novos costumes, além de conviver com a ameaça de extermínio. Basta lembrar quantos grupos indígenas viviam no Brasil e quantos ainda hoje lutam para sobreviver e preservar sua cultura em meio à “tempestades de culturas descartáveis” e de aproveitadores que se dizem interessados em preservar, porém o que querem é obter lucro próprio, como afirma o índio Paxina Poty, no texto: “...tem gente que regrava e mostra para todo mundo, muitos até vendem,...” referindo-se à gravação de suas músicas.

Para entendermos as diferentes culturas que existem no Brasil, basta analisar a colonização de cada região. Veremos que temos um grande número de etnias, cada uma com muitos conhecimentos, seja na dança, na música, na culinária, na religiosidade e todas têm muito a nos ensinar.

Na penúltima tarefa da disciplina, tivemos o tema “Revirando o baú”, onde cada aluno deveria contar sua trajetória pessoal e profissional até o mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba – UNISO – e, como última tarefa deveria revirar o baú da disciplina “Cotidiano e Intervenção Educativa”, o que faço a seguir:

### **“REVIRANDO A DISCIPLINA COTIDIANO E INTERVENÇÃO EDUCATIVA”**

A disciplina “Cotidiano e Intervenção Educativa”, teve início com um texto bastante prazeroso (todos afirmaram) e hoje vejo que, naquele primeiro texto, o professor demonstrou o que queria trabalhar conosco durante o curso: estudar o

cotidiano, analisando as manifestações culturais, políticas, sociais e ecológicas. Para tanto, o texto “Sou neto do Tomé” (REIGOTA, 2000), possibilitou-nos uma primeira análise. O livro “A Floresta e a Escola” (REIGOTA, 1999) deu uma grande base teórica sobre o movimento ecologista e Educação Ambiental, seguido de exemplos culturais como os textos sobre Naná de Vasconcelos, a exposição “De Picasso a Barceló”, os 40 anos do Teatro Oficina. O artigo de Milton Hatoun sobre a criação literária trouxe uma certa coragem para escrever, mesmo sendo um simples comentário, e me incentivou a ler um de seus livros: “Dois Irmãos” (HATOUN, 2000), onde pude notar a narrativa de que trata o artigo. Foi quando, também, despertou o interesse de conhecer a Amazônia. Trouxe exemplos de grandes artistas brasileiros como Clementina de Jesus, Ivone Lara, Sandra de Sá e Paula Lima. Diferentes gerações de artistas, mas com características comuns, mulheres, negras.

O livro “O Resumo de Ana” (CARONE, 1998) fez-me refletir sobre como o cotidiano de pessoas “simples” pode significar muito, quando contextualizado em diferentes aspectos.

Na aula após o dia 11 de Setembro, quando o mundo mudou, fez me conhecer melhor uma nova cultura e refletir profundamente sobre a necessidade de Paz.

Ao ler o livro “Iugoslávia – Registros de uma Barbárie Anunciada” (REIGOTA, 2001), comecei a imaginar as coisas e pessoas mais próximas e ligadas umas às outras, mesmo que distantes fisicamente. Afinal Belgrado é ali mesmo. Seguido de um texto do Jornal O Liberal de Macapá, que mostrou muitos costumes, crenças, manifestações culturais que estão tão próximas de nós e não as conhecemos.

“O que é afinal estudos culturais?” (SILVA, 2000) possibilitou refletir que, por meio da cultura, se produzem os “significados nos quais os diferentes grupos

sociais, situados em posições diferentes de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla” (id.). E o porquê da busca pela “identidade cultural”. Sobre a questão cultural, gostaria de comentar um seminário sobre o livro “No Caminho das Tropas”, de Rafael Straforini, que apresentei na disciplina “Escola, Cultura e Vida Urbana”, com o prof. Luiz Carlos Barreira, na presença do autor. Após a minha apresentação, o autor colocou-se à disposição para perguntas sobre o livro. O professor Luiz pediu ao autor para explicar as suas linhas de pesquisas e os mecanismos usados. Em seguida, questionei o porquê de não se dar destaque ao lado antropológico do tropeiro. Explicou que é geógrafo e trabalhou com a categoria LUGAR, e esse lado não lhe interessava. Outro professor, aluno do mestrado, disse que é um lado romântico ou virou modismo e é visto por quem não tem conhecimento do que foi o tropeirismo. Apresentei algumas discordâncias, pois acredito que o lado cultural do tropeiro é muito importante e que existe muito mais do que modismo, já que existiam pessoas, e pessoas têm histórias. Pelas formas culturais populares é possível se analisar as relações de poder e de “possibilidades sociais” (JOHNSON,2000).

Aos poucos, vi-me com novos olhos sobre o que é meio ambiente e o que é Educação Ambiental. Pude partir de um conceito de meio ambiente e, conseqüentemente, de Educação Ambiental preservacionista e conservacionista, voltadas à preservação dos recursos naturais, para chegar a uma Educação Ambiental enquanto educação política, dialogando sobre situações cotidianas e buscando uma intervenção do cidadão na busca de soluções “em ações locais, na busca de alternativas e soluções aos problemas globais” (REIGOTA, 1999). Em uma das aulas, o prof. Marcos nos falou do PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá), discutindo o texto “Sou neto do Tomé” (REIGOTA, 2001), de



sua autoria, onde o autor relata sua visita à Escola Família Agrícola do Carvão, ressaltando a importância de Tomé de Souza Belo, líder sindical de imensa e importante história na luta dos extrativistas da região amazônica. Discutimos a pedagogia da alternância das EFA's (Escolas Família Agrícola), que consiste em duas semanas na escola e duas semanas aplicando seus conhecimentos em suas comunidades, o que as Secretarias de Educação não consideram como atividades letivas; discutimos também a importância do seu Tomé, bem como o projeto desenvolvido pelo Estado do Amapá que, até então, para mim, era apenas uma limitação de terras ao norte do Brasil. Ao final do curso, assistimos a alguns vídeos sobre o Estado do Amapá e seus projetos, como o Projeto Escola Bosque do Amapá, localizada no arquipélago do Bailique. As informações sobre o Estado e os comentários do professor despertaram em todos e todas um grande interesse em conhecer a região e tudo que nos foi apresentado, as belezas naturais, a riqueza cultural e o desenvolvimento dos projetos sociais.

A essa altura, o Professor Marcos Reigota já me havia aceitado como seu orientando e sabia da minha angústia em relação ao projeto de pesquisa, principalmente porque eu já havia dito que gostaria de trabalhar com a Educação Ambiental. Na aula sobre o Amapá, o professor falou que um orientando seu de Iniciação Científica, Rodrigo Barchi, foi conhecer o Estado através de um estágio, o que aumentou ainda mais meu desejo de viajar ao Amapá. Quando, em uma orientação, questionei o Professor Marcos sobre minha dúvida quanto ao projeto de pesquisa, ele perguntou-me por que não ia conhecer o Amapá; passou-me alguns contatos, inclusive o telefone do Nilson Moulin, na época representante do Amapá em São Paulo. Nilson Carlos Moulin Louzada, "... um aristocrata. Um nobre de sangue, estirpe e generosidade". Consultor para política de Educação Ambiental do

Estado do Amapá, segundo Marcos Reigota, um dos mentores intelectuais do PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá), “entre livros publicados (para crianças) e traduções (de Ítalo Calvino, entre outros) o Nilson já publicou quase quarenta!” (REIGOTA, 2000). Além de tradutor de literatura italiana, escreve também sobre o cerrado brasileiro. Foi “preso e exilado no Chile”, juntamente com João Alberto Capiberibe (ex-governador do Amapá e atualmente senador) e sua esposa, a deputada Janete Capiberibe. (id.), Sob a proteção da ONU, viveu na Europa, onde estudou italiano e romeno. Trabalhou como consultor da UNESCO em Moçambique. Retornou ao Brasil em 1985, trabalhou na Secretaria da Cultura de São Paulo, desenvolveu trabalhos de Educação Ambiental em Diadema – SP, antes de se encontrar com o amigo Capiberibe, em 1992, o qual o convidou para assessorá-lo na política de Educação Ambiental para o Estado do Amapá. (REIGOTA, 2003).

Entrei em contato com ele e pude comprovar a “generosidade”, pois o mesmo me aguardava, na Representação do Amapá em São Paulo, com uma pasta cheia de informações sobre a Amazônia e, em especial, sobre o Estado do Amapá. Após uma reunião, consegui mais alguns contatos e programei minha viagem para janeiro de 2002.

## 1.2 – UMA VIAGEM ETNOGRÁFICA

“Minha vida é andar por esse país  
pra ver se um dia descanso feliz,  
guardando as recordações  
das terras onde passei,  
andando pelos sertões  
e os amigos que lá deixei...”  
(A vida do viajante)  
(Luiz Gonzaga e Hervê Cordovil)

Toda viagem é uma grande possibilidade de conhecimento, seja ela geográfica (com deslocamentos) ou simplesmente sem se sair fisicamente do lugar, para tanto:

“... faz-se necessário desconstruir conceitos e pré-conceitos, assumindo o olhar do viajante, que faz seu caminho ao caminhar e que faz de cada momento uma nova descoberta. Cenas do cotidiano que a um olhar desatento poderiam ser corriqueiras e por isso desprovidas de valor, ganham luz e pessoas comuns ganham voz; através das narrativas saltam do seu meio para serem reconhecidas e compreendidas em um contexto ampliado”.(PRADO, 2004).

As ações do cotidiano são rotas de conhecimento, por meio das quais se recuperam “saberes e linguagens comuns - isto é, da cotidianeidade, do que se passa quando nada parece passar-se”. (PAIS, 2003 apud PRADO,2004). Através de estudos da etnografia podemos observar e descrever situações, ambientes, pessoas, etc. que são reconstruídos em forma de textos ou transcrições literárias. Dando voz a “sujeitos da história”, que por si só representam grandes fontes de conhecimento (REIGOTA, 2000) ao viajante/pesquisador que, com critérios, busca

compreender, analisar e descrever o contexto vivido. Como nos mostra Telê Porto Ancona Lopes na introdução de “O Turista Aprendiz”, de Mário de Andrade:

“O turista aprendiz não só relatava fatos e sentimentos de seu cotidiano, como também não interrompia sua atividade de criador, suas literatices (os índios de do-mi-sol, os Pacaás Novos), exercitando-se ludicamente e pensando num possível público”.(ANDRADE, 1976).

O dar voz a pessoas comuns, dar luz às cenas corriqueiras, relatar fatos inusitados do vivido traz à tona sentimentos, opiniões de pessoas que fazem parte da história e de tantas outras que fizeram parte, mostrando ao mundo que existiram, existem e que, embora sejam uma “minoria”, são ativas e merecem respeito. Como o fizeram Guimarães Rosa, Mário de Andrade, Euclides da Cunha, mostrando e dando voz a vários povos do nosso povo.

### **1.2.1 - A DESCOBERTA**

Depois de uma tremenda luta para tirar umas merecidas férias e me desvincular um pouco do trabalho, além da dificuldade que foi conseguir as passagens aéreas, finalmente estou indo para a tão sonhada viagem ao Amapá. Embarquei dia 02 de janeiro de 2002, às 7h50 min da manhã, no aeroporto de Congonhas em São Paulo e, depois de 6 horas de voo, com escala em Brasília e Belém, cheguei finalmente ao aeroporto internacional da capital do Estado do Amapá. Fui recebido no aeroporto de Macapá pela Marcelina, geógrafa que trabalha na Divisão de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado. Ela se apresenta, dá as boas vindas e diz que vai me levar ao alojamento no IEPA (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá). No caminho, a Marcelina e o

motorista Reginaldo vão me mostrando alguns pontos turísticos da cidade, o estádio Zerão, o sambódromo e o monumento onde passa a linha do Equador, que separa o hemisfério Sul e Norte (Marco Zero). Deixaram-me no alojamento e marcamos para me pegarem às 16h, para visitarmos outros lugares. O calor me impressionava, era bastante úmido.

Ao sairmos do IEPA, o Reginaldo perguntou se queria ir pela orla do rio, respondi que sim, pois estava louco para ver o rio Amazonas. Passamos ao lado da Fortaleza de São José e me explicaram que o governo do Estado estava reformando tudo ao redor da mesma. O projeto de urbanização estava criando uma grande estrutura turística em toda a orla. Em seguida mostraram-me o Trapiche Eliezer Levy – com um restaurante que fica a 130 metros para dentro do rio, numa plataforma de madeira. Existe um bonde que leva até o restaurante por uma passarela. Passamos em frente à residência do governador do Estado, senhor João Alberto Capiberibe, ou Capi, como é conhecido. Contaram-me um pouco da história da vida do, então, governador do Estado e de sua esposa, na luta contra o regime de ditadura militar que o Brasil enfrentou, chegando a ficar exilados por muitos anos, fatos que pude comprovar posteriormente no livro “Amapá, um norte para o Brasil – Diálogo com o governador João Alberto Capiberibe”, organizado por Nilson Moulin.

Fomos ao Curiaú, comunidade onde existia um Quilombo, portanto sua população é composta de negros, que vivem da pesca e do cultivo da mandioca. O Reginaldo disse que existe uma rivalidade entre o “Curiaú de fora” e o “Curiaú de dentro”, mas não soube me explicar o porquê de “fora” e “dentro”. O Reginaldo me perguntou se eu conhecia o brega e eu, distraído, disse que não conhecia ninguém no Estado. Ele, sorrindo, me respondeu que o brega não era ninguém não, e sim um estilo de música, tocando uma fita no rádio. Era o famoso brega. O motorista disse,

orgulhoso: "... esse tipo de música, esse ritmo, só tem aqui no norte". Disse que os amapaenses adoram dançar o brega e outros ritmos comuns, como o zuk, o cacicó, o batuque. Vimos alguns salões onde, segundo a Marcelina, são realizadas as festas. Disse que, em dezembro, não perde a "calderada do Curiaú". Nas festas, o povo dança noite e dia tomando a "gingibirra" – mistura de cachaça com gengibre. O Governo do Estado criou uma estrutura de lazer sobre o rio Curiaú, onde, no verão, reúnem-se muitas pessoas para nadar, pescar, etc. Nesse local existe uma grande várzea que alaga no verão, época das chuvas, de janeiro a julho.

A Marcelina procurou o líder da comunidade e nos informaram que ele estava na cidade. Paramos então na casa da Dona Maria, de 77 anos, que ralava mandioca, enquanto Seu Armando mexia com uma pá de madeira a farinha que estava torrando em uma espécie de tacho bastante grande. Sua esposa - Dona Josefa, recolhia o tucupi para fazer o "molho de tucupi", tão apreciado na culinária da região. A mandioca, depois de ralada (moída), é espremida no tipiti (canudo de palha, onde é pendurada, para escorrer o "soro ou leite"). Experimentei um pouco da farinha que estava sendo torrada.

Seu Armando Libóreo Dias tem 55 anos e cinco filhos e nos disse, entusiasmado: "quero que todos estudem, pois estou aprendendo a ler e a escrever somente agora". Disse que conheceu sua esposa numa das festas do Curiaú, pois nasceu em outra vila. Convidou-nos para a festa de São Sebastião, que acontece dias 19 e 20 de janeiro, disse que vai haver "batuque" e "gingibirra".

No caminho para o Curiaú notei muitas pessoas caminhando, é fim de tarde, 18h, notei também vários campos de futebol, com muitos jovens jogando, inclusive na cidade, onde em cada praça existem campos e quadras iluminados.

Mudei de alojamento, fui para o Ginásio de Esportes Albertino Ramos, no centro da cidade. Jantei no restaurante do “Trapiche Eliezer Levy”.

Do fundo do Amazonas, o trapiche vem emergindo, como se nascesse das águas, com imensos pés de concreto, para ser parte de um mundo também concreto, onde o céu é céu, onde a terra é terra, e onde tudo o que transcende as aparências exteriores está na alma de um outro visitante que vejo sentado mais à frente. Está vergado, talvez de tristeza, e tão silencioso quanto o São José sobre a pedra a proteger Macapá. (ROJANSKI, 2001)

Conheci a Fortaleza de São José e, logo na entrada, fui recebido pelos guias Darlene e Junior, que se apresentaram e me acompanharam na visita à fortaleza. Ambos são estudantes de Turismo. A obra da Fortaleza de São José foi iniciada em 29 de junho de 1.764 e concluída em 19 de março de 1.782. Foi construída pelos portugueses como forma de segurança contra possíveis invasões ao território brasileiro, porém nunca entrou em combate. Residiam nela cerca de dois mil soldados. Fiquei impressionado com os detalhes de táticas de guerra, como por exemplo: o piso do pátio, no centro da fortaleza, que é todo de pedra, e poderia ser usado como munição. As saídas de emergências, a posição e estrutura dos depósitos, os alojamentos dos soldados que foram usados como prisão no regime militar. Existe ainda uma capela e a casa do comandante, onde hoje funciona o Museu Joaquim Caetano da Silva (geógrafo que foi muito importante na demarcação das terras do Estado do Amapá). Possuí ainda o paiol (depósito de pólvora) e hospital. A fortaleza tem a forma de um pentágono, sendo que, em cada ponta, existem 14 canhões. O nome da Fortaleza de São José é uma homenagem a D. José I, na época rei de Portugal.

Em Macapá, encontrei-me com dois estudantes de Geografia da USP que havia conhecido na Representação do Estado em São Paulo, no período de

planejamento da viagem. Chegaram e fomos conhecer o Balneário da Fazendinha, local muito bonito, onde ocorreu o assassinato do velejador neolandez Peter Blake. Disseram-nos que a polícia encontrou aves presas no barco do velejador, o que não foi divulgado. Conhecemos o Ecotel, que é uma referência de hotel do Amapá por desenvolver um trabalho de readaptação de animais à vida selvagem. Existe uma trilha, onde é possível avistar animais em seu habitat natural. Fomos acompanhados por um dos proprietários, que nos explicou que os animais são devolvidos à floresta assim que recuperados. Impressionante a relação entre o tratador, um senhor de meia idade, conhecido como Maranhão e os animais. Assim que ele entra nos viveiros, os animais o rodeiam. Os macacos guariba e prego sobem em suas costas, sagüis e quatis andam ao seu lado esperando a comida. Ele nos disse que há um tempo matava esses animais para comer, e hoje cuida deles para devolvê-los à vida selvagem.

No final da tarde do meu segundo dia no Amapá, tivemos uma reunião na Divisão de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do Estado com Fernando Ribeiro, chefe da divisão e o professor Jean Cláudio, geógrafo, professor da UNIFAP (Universidade Federal do Amapá) e funcionário da AGEMP (Agência de Promoção da Cidadania). Inicialmente, o Fernando nos perguntou sobre os nossos objetivos da viagem e, feitas as explanações, nos apresentou um “diagnóstico” do Estado do Amapá:

“O processo desordenado de ocupação e exploração da Amazônia, imposto pelo Governo Federal nas últimas décadas, trouxe graves conseqüências para o recém-criado Estado do Amapá. O pressuposto era o de ocupar, de forma produtiva, “o grande vazio demográfico” que representava a Amazônia. E ainda, com o pretexto de protegê-la da cobiça internacional, o Governo Federal implantou na região, sob



os auspícios do discurso da integração nacional, uma série de projetos e medidas de caráter institucional. Esses projetos geraram um acelerado crescimento da economia amazônica e a diversificação e “modernização” de sua base produtiva. Todavia, em termos de desenvolvimento regional, eles tiveram pouco alcance, dada a sua reduzida articulação endógena, gerando pouca internalização de renda e do emprego regional, com características de enclaves.

Os programas de colonização dirigida, fizeram deslocar para a Amazônia grandes contingentes populacionais provindos de outras regiões do País, que passaram a fazer pressão sobre as insuficientes condições de oferta de trabalho, equipamentos urbanos e serviços e a imprimir às cidades, rápido e crescente processo de periferização, configurando espaços urbanos extremamente diversificados, onde a população distribui-se de forma desigual.

O espaço geográfico que constitui hoje o Estado do Amapá foi alcançado por esse processo interventivo ainda nas décadas de 40 e 50, quando o Governo Federal criou o Território Federal do Amapá, em 1943, e, em seguida, autorizou a concessão da exploração do manganês descoberto na Serra do Navio a partir de 1947, à Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI, associação do grupo CAEMI, da Bethlehem Steel. (AMAPÁ, 1999).

As intervenções que se seguiram no espaço físico amapaense, ao contrário de integrá-lo à dinâmica do desenvolvimento regional e nacional, reforçaram o seu isolamento.

A década de 90 é marcada pela implantação das áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana. O crescimento não tem sido suficiente para atender às demandas de serviços sociais, pelo baixo percentual que representa a arrecadação estadual em relação ao orçamento do Estado (pouco mais de 10%) e pelo número

sempre crescente de imigrantes que têm desembarcado no Amapá. O crescimento populacional do Amapá também sofreu forte influência. Indicadores oficiais, como o número de eleitores do Estado, sugerem que a população atual ultrapassa os seiscentos mil habitantes, com forte aumento na demanda por serviços públicos, moradia e consumo de bens.

Embora oficialmente o Estado do Amapá tenha perdido menos de 10 % de sua cobertura vegetal, já se percebe a escassez de espécies madeireiras de uso preferencial. A extração seletiva de madeira, a agricultura, tanto a que vinha sendo tradicionalmente praticada, mais a incentivada pelos projetos de assentamentos agrícolas, implantados pelo I.N.C.R.A., são os principais fomentadores da escassez. A mineração e a garimpagem de ouro têm contribuído, acima de tudo, para a perda da cobertura vegetal, assoreamento e poluição dos mananciais de água, degradação social e perda do capital de recursos naturais do Estado.

A dinâmica, que durante todos esses anos vem pautando o modelo de crescimento imposto ao Amapá, favorecendo uma exploração desordenada de seus recursos naturais, bem como a exclusão de parcela substancial dos (das) amapaenses em relação aos frutos desse crescimento, urge ser contida e reorientada. Consciente dessa necessidade e da amplitude com que tal situação precisa ser enfrentada, o Governo Estadual encampou e implementou uma nova estratégia de desenvolvimento, baseada em um modelo sustentável, que contempla o crescimento econômico, a geração de emprego e a melhoria das condições de vida da população, assegurando a preservação e a conservação dos recursos naturais de forma racional e discriminada, tendo como eixo principal a filosofia sócioambiental “. (AMAPÁ, 1999).

Em seguida, o professor Jean Cláudio disse que iria para a cidade de Laranjal do Jarí no sábado, dia 05, e tinha três vagas no carro; caso quiséssemos ir seria uma experiência a mais, pois conheceríamos algumas cooperativas extrativistas que foram financiadas pelo governo do Estado. Disse que, na ocasião, ia fazer uma assembléia na cooperativa da reserva extrativista do rio Iratapuru.

### **1.2.2 - LARANJAL DO JARÍ, RESERVA DO IRATAPURU E PROJETO JARI**

O Jean Cláudio passou no alojamento às 18h, para jantarmos antes de sair para a cidade de Laranjal do Jarí, de onde partiríamos para uma assembléia na Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Iratapuru (COMARU). Jantamos no restaurante de seu irmão, no terminal rodoviário de Macapá. Como era sábado, preparava-se um show com cantores da cidade, que acontece todo final de semana no terminal e em outros pontos públicos da cidade, como o Marco Zero. Saímos de Macapá às 20h30min e chegamos à cidade por volta das 2h da manhã do domingo, ouvindo, durante a viagem toda, vários tipos de música, como o brega, o zuk, mas gostei mesmo e um cantor amapaense chamado Zé Miguel, de quem o Jean me prometeu um CD. O professor Jean Cláudio Fonseca, goiano, geógrafo formado pela Universidade Federal do Pará, veio para o Amapá para trabalhar na churrascaria do seu irmão e acabou “por aqui ficando”. Hoje, desenvolve vários projetos tanto na UNIFAP - Universidade Federal do Amapá - onde é professor, como na AGEMP. Contou-nos um pouco da história do governador Capiberibe e de sua esposa, a deputada Janete Capiberibe. Por viajarmos a noite, não deu para observar a paisagem. Dormimos em um hotel e, às 07h30min, atravessamos de balsa o rio Jarí para Monte Dourado, no Estado do Pará, de onde seguimos de carro até um ponto

do rio, onde um rapaz nos esperava com uma voadeira (espécie de lancha mais rápida que os barcos convencionais), para nos levar até a vila onde seria realizada a assembléia. No percurso, o prof. Jean explicou a história do Projeto Jarí e o porquê da realização da assembléia na COMARU. Explicou que o governador incentivou a criação da cooperativa, a fim de ajudar os extrativistas daquele local, que eram explorados por outros compradores. O mercado da castanha era dominado por uma família do Pará, que fornecia alimentos para os trabalhadores em troca da extração. Eram explorados, pois uma lata de leite valia um hectolitro (100 litros), que equivale a, aproximadamente, 70 Kg de castanha com casca. A criação da cooperativa ajudou muito os extrativistas, pois o governo passou a comprar toda a produção de castanhas para ser consumida na merenda escolar do Estado. Mas infelizmente, somente o presidente (Sr. Brás) e sua família estavam obtendo lucros com a cooperativa. Com a revolta dos membros da cooperativa, o governo foi obrigado a intervir e, em uma assembléia anterior, haviam nomeado uma nova comissão, porém o ex-presidente havia conseguido uma liminar junto ao fórum de Laranjal do Jarí, que obrigou a realização dessa assembléia. O prof. Jean estava preocupado, pois não sabia se haveria policiais no local. Durante o percurso de voadeira, o piloto disse-nos que havia fisgado um trairão para comermos após a assembléia. Ao chegarmos ao local, fiquei impressionado com a beleza do lugar: algumas casas, tendo ao centro delas um salão, à beira de um rio maravilhoso – o rio Iratapuru, que dá o nome à reserva.

O verde das castanheiras, das seringueiras e da imensa variedade de espécies vegetais que compõem a flora da Reserva contrasta com a atmosfera rosada. As águas estão mansas, vão e vêm, lambendo as pedras, enquanto crianças morenas, nuas, lisas como peixes, brincam na correnteza. (ROJANSKI,2001).

Ao chegarmos, toda a comunidade nos esperava no salão para a realização da assembléia. Notei a presença de muitas mulheres e crianças. O prof. Jean levou um notebook e uma impressora para poder digitar e imprimir a ata da assembléia ali mesmo. Ao se iniciar a assembléia, algumas pessoas começaram a discutir. Via-se claramente que havia dois grupos – um da família do Brás e outro que pedia sua saída, que era a maioria. Um senhor, que mais tarde disseram-me ser o Sr. Pedro Ramos, líder sindical do Conselho Nacional dos Seringueiros, tentou acalmá-los, porém um dos que estavam defendendo o Brás tentou agredir o prof. Jean. Este por sua vez, desviou-se da confusão e saiu do salão; a partir de então iniciou-se uma briga terrível e a assembléia teve que ser interrompida. O grupo que até então detinha o poder na cooperativa protestava contra a presença de representantes do governo, tanto da AGEMP quanto do TERRAP (Instituto de Terras do Amapá). No meio da confusão, que foi um corre-corre, acabei carregando algumas crianças para fora do salão, que era suspenso (palafita) e levando-as para longe da confusão. Voltamos rapidamente para a voadeira, pois disseram que alguns estavam armados. Retornamos para Laranjal do Jarí com uma senhora que foi agredida na confusão, para comunicar à polícia. Fiquei sem comer o “trairão”. Chegando em Monte Dourado, para atravessar de balsa, é que pude notar o tamanho do chamado “beiradão” – aglomerado de casas sobre palafitas à margem do rio Jarí, onde não existe saneamento básico e sim muito lixo. Reflexo do que foi o projeto Jarí. Do lado do Pará (Monte Dourado), a cidade que foi construída para os funcionários do Projeto Jarí, e do lado do Amapá (Laranjal do Jarí), a pobreza do beiradão. Passamos a noite na cidade e voltamos na segunda-feira (07) de manhã para Macapá. Infelizmente, não pude conhecer a reserva do Iratapuru e a Cachoeira de Santo Antônio, quem sabe na próxima. No retorno, pude observar a beleza da

floresta amazônica, desviando de árvores enormes, descendo ladeiras imensas e, ao mesmo tempo, enfrentando subidas fortíssimas da BR 186. Imaginei como havíamos passado a noite por estrada tão ruim e desviado de tantas árvores que se encontravam praticamente no meio da estrada. Paramos para observar algumas paisagens: em meio à floresta densa, surgem áreas de vegetação típica de cerrado. Em uma dessas paradas, um jabuti se aproximou do carro enquanto observávamos a paisagem. O motorista, que apelidei de Romário, pois vestia uma camisa do Vasco da Gama com o número 11 nas costas, explicou que se encontram muitos animais pela estrada, bastava prestar atenção. Durante o restante da viagem não tirei o olho da estrada e pude notar a destreza com que o motorista desviou de um lagarto que subitamente cruzou a frente do carro.

Segundo o prof. Jean, as terras do Projeto Jarí pertenceram inicialmente a um político do Pará, que explorava a extração vegetal e animal de aproximadamente 1,2 milhões de hectares. As terras abrangiam os municípios de Almerim (PA), Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí (AP). Essas terras foram vendidas a três portugueses: José Julio, Ducas e Crispim de Almeida, que continuaram a explorar e exportar suas riquezas. Em conversa com o Sr. Tomé de Souza Belo, ele me explicou que as pessoas trabalhavam em regime de escravidão, até que o guarda-livros dos portugueses, Cesário de Medeiros, que trabalhava na padaria, se rebelou e libertou essa gente. Sua esposa trabalhava na casa do José Julio e lhe escrevia cartas, porém estas não chegavam; assim que recebeu uma delas, onde sua esposa relatava o regime de escravidão vivido por ela e pelos outros, ele parou de trabalhar e mobilizou todos os trabalhadores. Segundo Tomé, o velho Ducas tentou reagir e foi preso. Cesário de Medeiros pegou os barcos e navios da empresa e, em todas as vilas que passava, ia recolhendo os trabalhadores, a maioria nua, que foram levados

para Belém. O governador do Pará era o Major Batata que, vendo a situação dos trabalhadores, enviou uma equipe comandada pelo General Corumbá, que libertou os demais trabalhadores. Em 1968, as terras dos portugueses foram adquiridas pelo inglês Daniel Ludwig, que trouxe um “projeto revolucionário”, que traria o progresso à Amazônia. Os objetivos do Projeto Jarí eram substituir a mata nativa por florestas homogêneas (eucalipto), para abastecer o mercado mundial de celulose, além de exportar grande quantidade de carnes bovinas e suínas, arroz, bauxita e caulim (minério utilizado para dar acabamento ao papel). O Projeto Jarí foi aprovado em 12/08/69 pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (AMAPÁ, 1999). Com a aprovação do projeto, surgiu a promessa de empregos e progresso para a região. A migração desenfreada fez surgir um processo de favelização, onde as pessoas passam a morar em palafitas, em uma área denominada “beiradão” e “beiradinha” às margens do rio Jarí, no lado do município de Laranjal do Jarí – AP, local sem infraestrutura e com problemas de prostituição. O projeto entrou em decadência devido especialmente à falta de energia elétrica; o eucalipto (*gmelia arbórea*) trazido do Panamá criou um fungo (*ceratogystis fimbriata*), que atrapalhava seu crescimento e a adaptação ao solo. Em 1982, o governo militar nacionalizou o projeto, devido a uma campanha militar contra uma suposta intervenção estrangeira na Amazônia, indenizando Ludwig com 80 milhões de dólares. Para vender para o Grupo Caemi, de Azevedo Antunes, o governo gastou, via Banco do Brasil e BNDES, cerca de 200 milhões de dólares para cobrir dívidas deixadas por Ludwig. Recentemente, o Grupo Orsa comprou o Projeto Jarí pelo valor simbólico de R\$ 1,00, assumindo suas dívidas. Fiquei sabendo que o Governo Federal vai iniciar um projeto de construção, na cachoeira de Santo Antônio, de uma usina hidrelétrica para gerar energia afim de

abastecer a Jarcel – Jarí Celulose, sendo que o excedente da energia será vendido para a Eletro-Norte, que a venderá para a população. Gastará cerca de 200 milhões de reais, dinheiro público investido em “mais” uma empresa privada.

A cidade de Laranjal do Jarí, no Amapá, onde se instalaram os trabalhadores mais pobres do Projeto Jarí (os mais ricos, chefes, diretores, viviam do outro lado do rio Jarí, na cidade de Monte Dourado, no Estado do Pará), deu origem ao Beiradão e a Beiradinha, uma espécie de favela sobre palafitas. Com a intervenção do governo do Estado, a partir de 1995, a cidade passou a ser reestruturada. As casas de prostituição foram fechadas e transformadas em escolas, centros de cultura, etc. Serviços públicos como saúde foram instalados e melhorados. O governo adquiriu ainda uma grande área próxima ao rio, para a construção de casas às famílias que vivem no Beiradão.

### **1.2.3 - ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO CARVÃO**

A história da Escola Família Agrícola do Carvão teve início em 1995, quando as lideranças comunitárias detectavam uma grande necessidade de implantar um modelo de escola que viesse a atender à educação rural no município de Mazagão. Isso porque, devido a tão grave situação, os jovens rurais migravam para as cidades ou simplesmente ficavam sem opção de prosseguirem seus estudos, uma vez que o poder público oferecia somente estudo formal até a 4ª série do ensino fundamental, no meio rural. Dessa maneira, o setor rural ficava enfraquecido, devido à ausência da mão-de-obra familiar, base de sua economia. Perante tão grave situação, o pequeno proprietário era obrigado, em alguns casos, a se desfazer de sua propriedade, indo se alojar nas periferias das cidades, ficando o jovem agredido



culturalmente. No ano seguinte (1996), iniciou-se o processo, com trabalhos nas comunidades vizinhas, para discutir sobre a implantação da Escola Família Agrícola do Carvão. Tais trabalhos foram concluídos com a realização de uma oficina, na qual se reuniram várias lideranças comunitárias. Ainda no mesmo ano, a escola foi construída com mutirões feitos com as comunidades local e vizinhas, sob a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá – SINTRA e com a cooperação técnica e financeira de organizações governamentais e não-governamentais.

Em abril de 1997, tiveram início os trabalhos de base nas comunidades pela equipe de monitores, com a finalidade de informar as famílias sobre a importância e objetivos da Escola Família, que trabalha com a Pedagogia da Alternância. As Escolas Família tiveram início na França, após a 1ª Guerra Mundial e, no Brasil, tiveram início em 1975, no Estado do Espírito Santo. Hoje, existem escolas família quase que em todo o Brasil.

A Pedagogia da Alternância é um projeto educativo cuja proposta é buscar a formação integral do ser humano e sua qualificação profissional e legal. Prioriza a experiência sócio profissional do dia-a-dia do trabalho e a aprendizagem acontece principalmente do fazer concreto para o teórico. Na Pedagogia da Alternância, o projeto educativo acontece em dois momentos. Primeiro, na EFA: colocação em comum das experiências, comparação, interpretação e generalização. Na EFA, os alunos e alunas têm acesso aos conteúdos da parte comum (pedagógica) e as aulas da parte diversificada. Segundo, em casa: colocação em prática com a família dos conhecimentos adquiridos e produzidos nas duas semanas na EFA. A Escola Família Agrícola do Carvão – EFAC é uma instituição sem fins lucrativos, tendo como entidade mantenedora a Associação da Escola Família Agrícola do Carvão –

AEFAC, fundada em 11 de janeiro de 1998. Chama-se Escola Família Agrícola do Carvão, por estar localizada no bairro do Carvão, no município de Mazagão, AP. O bairro tem esse nome “devido a um clarão que os antigos escravos foragidos naquela região costumavam avistar”. (REIGOTA, 2000).

Após conhecer e conversar com o diretor da Escola Família do Carvão, Railton, que estava afastado por problemas de saúde, ele me contou que a EFA do Carvão iniciou as aulas com uma turma de 14 alunos da 5ª série, oriundos de 10 comunidades, abrangendo três municípios. Em 2001, a escola tinha quatro turmas (5ª a 8ª série), num total de 94 alunos, que representam 49 famílias de 27 comunidades distribuídas em 6 municípios (Macapá, Santana, Itaubal, Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí). E para 2002, com a criação do curso médio profissionalizante, a escola deveria atender cerca de 110 alunos.

A estrada que liga Macapá a Mazagão estava em obras de asfaltamento, atrasando um pouco a viagem. O motorista Reginaldo disse que já existe um projeto para a construção de pontes sobre os rios que hoje são atravessados de balsa.

Fui me lembrando do texto “Sou neto do Tomé” (id.,) que originou o interesse por esta viagem. Ao chegar à EFA do Carvão, fui recebido pelo então diretor Severino Lopes dos Santos, que substituía o Railton. Fui apresentado ao professor de História Henrique Vasconcelos Corrêa, que me convidou para almoçar. Fomos até a cozinha e ele me disse: “Pegue seu prato e seu garfo e sirva-se, pois aqui cada um se vira e ajuda como pode”. Servi-me de arroz, feijão, farinha de mandioca, carne cozida com abóbora e um delicioso suco de taperebá. Conversamos um pouco após o almoço e, em seguida, cada um lavou seu prato. Fomos conhecer a pocilga e voltamos para uma sala onde se realizou, no período da manhã, o planejamento para o ano letivo de 2002, inclusive do ensino médio profissionalizante

a ser implantado. O curso formará Técnicos em Agroextrativismo. Em destaque na sala, a missão da EFA do Carvão: “A EFAC existe para promover o desenvolvimento das famílias de seus alunos e das comunidades rurais onde eles atuem, através da aplicação de teorias e práticas sustentáveis, adequadas as suas realidades, além da disseminação de valores que contribuem para a formação da pessoa humana”. O Henrique fez questão de mostrar a maneira como é formada uma EFA. Ela primeiro se cria politicamente, formando a associação que irá administrá-la. Associação esta que administra segundo a vontade da comunidade, que participa de todas as decisões e põe “a mão na massa” para construir ou reformar qualquer parte da escola. No pátio, um painel grande mostra as fases da construção da escola com fotos dos mutirões e uma foto do Nilson Moulin e do Marcos Reigota, quando estiveram aqui. O Severino me chamou para irmos à vila, para conhecer o Sr. Tomé de Souza Belo. Paramos antes na casa de um dos filhos do Tomé, o Joaquim, que faz parte do Conselho Nacional dos Seringueiros. Conversamos sobre o momento político brasileiro e sobre os problemas da Amazônia, sobre os quais ele demonstrou ter muito conhecimento. Em seguida, fomos para a vila, onde alguns jovens já se reuniam para o jogo de futebol no campo. Um moço chama o Severino para jogar e diz: “Traz o companheiro de São Paulo também”. Severino responde que está com dor na perna, portanto não poderia jogar, mas, se eu quisesse, poderia. Respondi que na próxima vez jogaria. Paramos em frente a uma mercearia (Comercial Piracema), que é de um dos filhos do Tomé e avisaram-nos que o mesmo já havia chegado da cidade. Entramos em uma casa em frente e finalmente conheci o Tomé de Souza Belo. Após me apresentar como orientando do prof. Marcos Reigota no curso de Mestrado, ele cobrou um livro prometido, que tem o texto “Sou Neto do Tomé”. Combinamos de conversar à noite, na casa do Severino.

Tomé de Souza Belo, descendente de escravos,

“... foi um amigo muito próximo de Chico Mendes, sendo um dos fundadores do Conselho Nacional dos Seringueiros e do Partido dos Trabalhadores, além de ter sido o responsável por enviar vinte e oito jovens do Amapá para estudarem no Espírito Santo” (REIGOTA, 2000)

O Tomé é o presidente da Associação da EFA do Carvão, e um dos responsáveis diretos pela criação dessa EFA. Explicou que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais realizou uma pesquisa na região e notou que, entre 1990 e 1996, 720 crianças tinham terminado a 4ª série e apenas 10% estavam estudando. Daí a necessidade de se criar uma escola para atender essas crianças sem terem que se deslocar para outras cidades. Conversamos quase a noite toda e não me cansei de ouvir suas histórias das lutas dos trabalhadores rurais da Amazônia e da luta para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá. Explicou como as Escolas Família chegaram ao Estado, dos planos para as novas EFA's (Cajari e Tartarugalzinho). Dormi na casa do Severino, brinquei muito com seu filho Rogério e, na quinta-feira de manhã, voltamos para a escola, onde alguns homens preparavam o alicerce para o mutirão que aconteceria no sábado, para a construção do que seria o novo alojamento masculino. Conheci então o Roberto, outro filho do Tomé, que me disse com orgulho: “Aqui tudo é feito assim e por nós”. O Railton chegou com o motorista e me despedi dos companheiros da EFA do Carvão. Ganhei uma agenda da UNEFAP – União das Escolas Famílias do Amapá.

Fiquei feliz por saber que o Tomé realiza palestras, os seus conhecimentos precisam ser transmitidos a outras gerações, porque fazem parte da história do Brasil. Infelizmente, pela ausência de alunos (estavam de férias) e pelo pouco tempo que passei na EFAC, não pude conhecer todo o trabalho desenvolvido pela escola, mas prometi voltar e em alguma coisa contribuir, especialmente a respeito da

Educação Física. O professor Henrique me disse que a Educação Física é feita no joguinho de futebol ao fim da tarde e, quando lhe expliquei um pouco da “nova visão da Educação Física” o mesmo ficou muito interessado, e disse entusiasmado: “Assim é fácil encaixar a Educação Física nos temas que são trabalhados pela escola”. A escola trabalha com temas geradores que perpassam todas as disciplinas, tanto do bloco das disciplinas da parte comum (Geografia, Matemática, etc.) como da parte diversificada (Agroextrativismo).

Saímos da Escola Família Agrícola do Carvão às 10h e passamos pela Escola Agroextrativista do Maracá, onde conheci a professora Vera Lúcia de Souza Lustosa, única que estava na escola, pois os demais professores e alunos estavam de férias. Ganhei de lembrança miniaturas do tipiti e de peneiras (usadas para preparar o açaí) feitas pelos alunos e alunas da escola e que foram expostos na Feira do Desenvolvimento Sustentável. Comprei castanhas in natura, biscoitos e bombons de castanha fabricados pela comunidade. A EFA do Maracá fica à beira do rio Maracá, um belíssimo rio onde alguns moradores da região estavam pescando, próximos da escola.

#### **1.2.4 – PROJETO ESCOLA BOSQUE**

O Projeto Escola Bosque do Amapá foi aprovado em dezembro de 1995, no Encontro Estadual de Educação Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Macapá, para conduzir a Educação Ambiental, na zona rural do Estado do Amapá. Parte integrante do PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, projeto de governo do Estado, o Projeto Escola Bosque deveria tratar a questão ambiental na educação.

Projeto do sociólogo Mariano Klatau e da arquiteta Dula Lima, que já haviam implantado o Projeto Escola Bosque Eidorfe Moreira, na ilha de Caratateua, em Belém, no Estado do Pará. O projeto Escola Bosque deveria ser implantado em quatro regiões do Estado: Módulos no Arquipélago do Bailique, Laranjal do Jarí, Serra do Navio e Tartarugalzinho, além do Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque da Ilha de Santana. O primeiro módulo construído foi o do arquipélago do Bailique.

O projeto de implantação foi bastante estudado e deveria ser implantado em uma área preservada, sem haver devastação, de forma harmônica com a natureza e com a comunidade, usando de técnicas e materiais regionais.

O projeto Escola Bosque tem por objetivo dinamizar a relação escola-comunidade por meio da Educação Ambiental para a compreensão, discussão e busca de soluções para as questões relativas ao meio ambiente.

“Esta proposta tem se notabilizado pelo modo aberto e participativo do seu processo de construção. Não se limita em discutir apenas a sua arquitetura de feição amazônica e adequada à região onde se implanta seu material construtivo, tecnologias regionais e a ocupação de seus espaços. Vai mais além, fazendo consultas à população diretamente ou por suas entidades organizadas, sobre o currículo escolar, para a oferta de uma educação que resulte num saber de utilização socioambiental. É por isso que a Escola Bosque do Amapá garante a prática de três linhas básicas de formação da cidadania: é uma escola pública, gratuita e democrática e que, assim, permite o cumprimento do contrato social maior – a Constituição – onde a Educação é um direito de todos e um dever do Estado”. (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA BOSQUE DO AMAPÁ)

Em sua proposta pedagógica, a Escola Bosque do Amapá é fundamentada na Filosofia e Metodologia Socioambiental, ou seja, é uma escola voltada para a Educação Ambiental, que busca integrar escola e comunidade, e trabalhar os problemas e a realidade locais, como ponto de partida do trabalho pedagógico interdisciplinar. Ela tem por objetivo “desenvolver uma consciência crítica a partir do

que é mais significativo para o aluno, ou seja, a sua realidade imediata”. Sua metodologia busca o reconhecimento da natureza como a mais rica fonte de recurso/material didático, bem como os melhores ambientes para o processo de ensino-aprendizagem. Dando ênfase ao conhecimento local, suas histórias, suas transformações, enfatizam que o meio ambiente é o “lugar do encontro entre a natureza e as relações sociais e históricas”.

### **Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque da Ilha de Santana**

Na cidade de Santana, segunda maior do Estado do Amapá, onde se localiza a área de livre comércio e o porto de Santana, fomos visitar a construção do Centro de Referência em Educação Ambiental - Escola Bosque da Ilha de Santana. Ao chegarmos no porto, uma senhora veio cumprimentar o professor Jean Cláudio e se apresentou com dona Alvina Maria Menezes Bessa, Presidente do Conselho Fiscal da APROSAN (Associação dos Produtores Rurais de Santana). Atravessamos de catraia (pequeno barco de passageiros) até a ilha e fomos recebidos pelo secretário da APROSAN, Sr. Joessir Pires de Souza, que nos esperava com uma caminhonete e levou-nos até a escola, a uns quatro quilômetros do porto. No caminho, explicou-nos que a Ilha de Santana possui 2.114 hectares e aproximadamente 350 famílias. O Fernando esperava-nos na escola, juntamente com o presidente da APROSAN, sr. José Antonio Gomes. Mostrou-nos a parte que já estava construída: a lavanderia, o refeitório, quatro alojamentos e um módulo de salas de aula. Em seguida, fez uma explanação do projeto total da escola. Explicou ainda que a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o TERRAP (Instituto de Terras do Amapá) fizeram um levantamento das terras e constataram que a ilha possui todos os tipos

de ecossistemas do Amapá, ou seja, possui campos cerrados, várzeas, floresta alagada e floresta de terra firme. O presidente da APROSAN fazia questão de ressaltar que toda a mão-de-obra da construção da escola era local. Foi feito um cadastro dos profissionais da Ilha e selecionadas aquelas especialidades que a escola exigiria. A área total da escola é de 600 hectares, sendo 15 de área civil.

Após conhecer suas instalações e projeto, fomos para a casa do zelador, sr. Antônio, onde sua esposa esperava-nos com um balde de polpa de bacaba, fruto da bacabeira. O professor Jean explicou-nos que essa árvore deu origem ao nome do Estado e demonstrou como se sobe numa árvore com a peconha nos pés. A peconha é um instrumento feito de palha de açazeiro ou da bacabeira, com a qual, enlaçada nos pés, os nativos sobem pelos troncos dos açazeiros, bacabeiras e outras árvores de troncos finos. Tomamos uns pratos de bacaba com açúcar e farinha de mandioca. É gostoso, porém é mais forte e gorduroso que o açaí.

Na travessia de volta para Santana, o professor Jean apontou-nos uma indústria que exporta cavaco de madeira aos Estados Unidos, para a produção de celulose, usada na fabricação de papel. Paramos para almoçar, às 15h, em um restaurante na estrada Santana-Macapá, onde um senhor assava uns peixes em uma churrasqueira à beira da estrada. Comemos um dourado assado, sempre regado com molho de tucupi. Chegamos em Macapá exaustos, mas arrumei uma forcinha para conhecer a biblioteca da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), onde conheci algumas publicações de pesquisas feitas no Estado.



### **Projeto Escola Bosque – Módulo do Bailique**

Terça-feira, 08 de janeiro. Estava superansioso para embarcar para o arquipélago do Bailique, onde fica a Escola Bosque do Amapá. De manhã, fui até o barco junto com o Prof. Leobino, diretor da escola, para fazer a reserva e pendurar a rede, visto terem avisado que “se não reservar, fica sem espaço para pendurar, pois o barco sai lotado”. Às 21h, o motorista Reginaldo me levou até o barco, que tinha previsão de saída às 23h. O prof. Jean acompanhou-me, e apresentou-me o Frank, professor de Geografia da Escola Bosque, seu ex-aluno da UNIFAP, a quem pedi que me acompanhasse na viagem, juntamente com os estudantes de Geografia da USP. Uma viatura da polícia militar chegou ao porto e impediu que o barco partisse enquanto não chegasse a Guarda Costeira. Já era quase 1:00 da manhã, quando a Guarda Costeira chegou e informou-nos que o barco estava com excesso de lotação e, após uma chamada, ficamos de fora. Somente poderiam viajar as 50 primeiras pessoas que fizeram a reserva. Nós éramos os números 47, 48 e 49, mas o dono do barco não havia contado as crianças. Tomamos um táxi e voltamos para o alojamento. A Júlia estava revoltada. “Você está na Amazônia. Quantas vezes fiquei no ponto, pois o ônibus estava superlotado!”, tentei justificar.

Adiada a viagem, na quarta-feira de manhã fui conhecer o IEPA (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá) sede Fazendinha. O próximo barco para o Bailique somente sairia na quinta-feira.

Fui recebido pelo Dr. Orlando, do laboratório de invertebrados e vertebrados, que desenvolve pesquisas como a produção de repelentes naturais. O laboratório de Biotecnologia desenvolve pesquisas na produção de mudas in vitro (banana, abacaxi, palmito) para implementar no Estado uma agricultura sustentada. Pude

conversar bastante com o Dr. Adalberto do Carmo Pinto (geólogo, chefe da Divisão de Geologia e Recursos Hídricos), que desenvolve o Projeto Rochas Ornamentais e Argila para a fabricação de tijolos e cerâmicas. O que mais me chamou a atenção foram os produtos naturais produzidos pelo IEPA, como óleos, xaropes, licores e produtos fitoterápicos. O IEPA dá assistência às escolas que trabalham com o projeto “farmácias da terra”, estudando a importância da medicina natural. Realiza palestras, cursos, além de acompanhar os projetos desenvolvidos em cada localidade.

À tarde, visitei o Museu do Desenvolvimento Sustentável, onde está em exposição um pouco do que é o PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá). Mostra desde telas com resinas de produtos da terra, puçangarias (garrafadas, rezas), produtos elaborados com a castanha-do-brasil (óleo, farinha, castanha cristalizada, castanha salgada, bombons, biscoitos), a bandeira vermelha do açaí (casa que tem a bandeira vende açaí), jamaxi (paneiro usado para carregar o ouriço da castanha), o cambito (instrumento usado para coletar a castanha), o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, até o trabalho das Parteiras do Amapá. O Estado é exemplo do parto natural, programa apoiado pelo UNICEF. (MOULIN, JUCÁ, 2002). Estava em construção o Museu a Céu Aberto, no qual as instalações serão mais amplas e poderão mostrar ainda melhor o Programa de Desenvolvimento Sustentável realizado pelo Amapá.

À noite, o professor Jean Cláudio passou no alojamento e fomos jantar em um barzinho na Avenida Beira Rio, onde, ouvindo músicas locais, sentindo a brisa fresca que vinha do rio Amazonas, saboreamos uma caldeirada de camarão. Alguns bares à beira do rio estão sendo reformados para se adequarem ao projeto de urbanização feito pelo Estado.

Na quinta-feira, acordei ansioso, pois, finalmente iria para o Bailique. De manhã, novamente fomos para o barco para reservar lugar e, em seguida, fui conhecer o Centro de Cultura Negra, onde fui recebido pelo Aluísio, um moço forte e muito simpático, que disparou a falar com orgulho do que se tratava o centro. Explicou que fazem parte do centro o UNA (União dos Negros do Amapá), o Mocambo (Movimento Jovem) e o Movimento das Mulheres Negras do Amapá. Movimentos afro-descendentes abertos a todas as pessoas que lutam pela aceitação de ser negro, “não pela cor da pele, cabelo e sim pela sua cultura”. Assim que ele deu uma folga, aproveitei sua empolgação e mostrei um pouco da minha, perguntei sobre a dança do Mar-abaixo, e ele explicou que as letras das músicas retratam a história dos negros do Amapá, como o batuque do Curiaú e do Igarapé do Lago na festa de São Joaquim. Ressaltou a importância do dia da Consciência Negra e mostrou sua preocupação com a transmissão dos conhecimentos pelos mais velhos aos jovens, mantendo assim a cultura negra, tão importante na cultura brasileira.

Às 22h, fomos para o barco e, às 2h da manhã, com a cheia da maré, saímos finalmente de Macapá rumo ao Bailique. Logo na saída, uma senhora começou a passar mal por causa da maresia, disse-me que era a primeira vez que viajava de barco. A maioria das pessoas dormia nas redes, apenas alguns jogavam dominó numa mesa, na qual havia uma garrafa de café. Conheci na viagem o prof. Antonio, diretor da escola da vila Macedônia. Em conversa com ele, perguntei sobre a Educação Física e ele me disse que não é praticada, pois a maioria da população da vila é evangélica, portanto os pais não deixam os filhos jogarem futebol. Insisti, perguntando sobre as brincadeiras e ele me respondeu que dificilmente saíam para

brincar, pois as professoras também eram evangélicas. A escola da vila Macedônia possui alunos de 1ª a 4ª séries.

O Distrito do Bailique localiza-se cerca de 185 Km de Macapá, por via fluvial, em direção à foz do Amazonas. É composto pela área continental e oito ilhas, onde moram aproximadamente 5000 pessoas, distribuídas em 38 comunidades que vivem da pesca, do extrativismo vegetal, da carpintaria naval, da apicultura, da agropecuária, do comércio; atualmente está sendo incentivado o ecoturismo. A região do Bailique possui 25 escolas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, com cerca de 1800 alunos e, até 1998, quando foi inaugurada a Escola Bosque, quem queria continuar estudando teria que se deslocar para Macapá. A construção e manutenção da Escola Bosque foi possível graças à parceria do Governo do Estado com o Conselho Comunitário do Bailique, além de contar com o apoio do UNICEF e da ONG WWF. Construída com mão-de-obra local e com material da própria floresta, com uma filosofia pedagógica que “parte do saber local, com o exercício da cidadania do ser e estar, sem perder a dimensão universal do conhecimento”, como afirma Mariano Klatau, idealizador do projeto, abordando conteúdos de forma crítica, a partir de discussões dos problemas locais, possibilitando ao aluno compreender a realidade da qual faz parte, situar-se nela, interpretá-la e contribuir para sua transformação, a Escola Bosque funciona como pólo irradiador da metodologia ambiental.

O barco chegou à Escola Bosque por volta das 14h da sexta-feira. Fomos recebidos pelo prof. Pacheco, de História, que nos levou até o alojamento, e, em seguida, até a cozinha para almoçar. O prof. Pacheco explicou que poucos alunos estavam freqüentando a escola naquela semana, pois estavam terminando o 3º bimestre. Após o almoço, fui descansar um pouco no alojamento, onde conheci mais

alguns professores. O professor André, de Biologia, ajudou-me a pendurar a rede enquanto conversávamos sobre Educação Ambiental. Mostraram-me o livro “O que é Educação Ambiental”, que ganharam do autor, Marcos Reigota. A viagem de 12 horas de barco em uma rede é muito cansativa, mas vale a pena pelas paisagens que se pode observar, por exemplo: o nascer do sol no rio Amazonas: eram 5h45min da manhã, acordei e fui tomar um pouco de café, um dos tripulantes do barco me disse: “Quer ver uma paisagem legal? Sobe em cima do barco e observa”. Foi uma das coisas mais belas que já vi em minha vida. O sol nascendo no rio Amazonas.

No sábado, não houve aula e foi possível conhecer toda a escola e conversar com alguns professores que ali estavam. Quem comprou o almoço foi o prof. Mauro e quem o fez foi o prof. Sidnei. Conheci a vila Progresso e Macedônia. À noite fomos a uma festa na vila Macedônia, onde dancei o famoso brega e o zuk, que é cantado em francês (influência da Guiana Francesa), com um ritmo caribenho. Fiquei impressionado, pois as mães levam os filhos para a festa e os deixam dormindo nas redes, enquanto dançam. Outros dançam até se cansar, descansam (dormem) um pouco nas redes e voltam a dançar.

No domingo, aproveitei para passear e conhecer a construção do Hotel Escola Bosque, importante empreendimento incentivado pelo Estado, que visa servir de escola e, ao mesmo tempo, gerar empregos para os (as) formados (as) das turmas do curso técnico em ecoturismo.

Enquanto nadávamos no rio Amazonas, chegou o diretor da Escola Bosque do Bailique, o professor Leobino. Conversamos um pouco no trapiche em frente à escola. Observei algumas crianças que passavam no rio em uma canoa muito pequena, conhecida como “montaria” e algumas lanchas muito possantes. O professor Frank fez uma comparação: a montaria daqui equivale a uma bicicleta, o

barco de passageiros a um ônibus e a lancha a uma Mercedes em São Paulo. Quem fez o almoço foram as professoras Tereza e Iara (durante os dias de aula as merendeiras fazem as refeições e, nos finais de semana, os professores e professoras se revezam na cozinha). À tarde, jogamos futebol num campinho na escola, que fica alagado quando a maré está cheia. Machuquei meus pés nas sementes das árvores que havia ao redor do campo, os demais estavam acostumados com as sementes. Começamos jogando somente os professores, mas logo alguns meninos chegaram e entraram para jogar conosco. À noite, fomos assistir a um filme com o professor Mauro, de Literatura, que pretendia passá-lo para os alunos. O filme era “Coração Valente”, com Mel Gibson. Ao final do filme, o professor Mauro quis assistir a outro, mas não dava mais tempo, pois a energia se desligaria logo. O gerador funciona das 18 às 23h.

Na segunda-feira, assisti a algumas aulas e conversei um pouco mais com o Leobino, que me avisou que o barco sairia naquela noite e não na quarta-feira, como planejado. Conversando com os moradores da vila, percebe-se a importância que a escola tem para eles, pois, através dela, muitas melhorias chegaram até lá. Um dos alunos me disse que sua vila se chamava Ponta da Miséria (porque com o vento forte não dava para pescar), mas mudou para Ponta da Esperança quando, recebeu a visita de políticos da capital.

A construção do Hotel da Escola Bosque é mais uma grande contribuição para os moradores. Estão esperançosos não somente com os empregos diretos que serão gerados, mas também com as novas possibilidades econômicas, culturais, etc. que surgirão. O prof. César, de Português, que é nativo do Bailique, me disse: “Antes qualquer coisa que precisasse comprar ia pra Macapá, por exemplo: móveis.

Descobri que os que são feitos por pessoas daqui são melhores e estou incentivando e valorizando o produtor local”.

Notei que o projeto pedagógico da Escola Bosque trata a Educação Ambiental como sendo a raiz da escola, ou seja, está inserida em todas as disciplinas, instalações, merenda, atividades. Questionei a ausência do professor de Educação Física e descobri que alguns dos motivos são comuns às outras disciplinas: a distância da capital, o acesso, a difícil adaptação ao local, a estrutura e a metodologia. Mas no caso da Educação Física, outro motivo pesa bastante: a falta de qualificação profissional. Segundo o diretor, os professores que por ali passaram reclamavam da falta de espaço físico adequado à prática de Educação Física. O professor Antônio (Toinho) de Geografia deu-me algumas fotos dos jogos da floresta, que achei maravilhosos, porque esportes comuns à vida dos alunos são praticados, como a canoagem, a natação, a escalada do açazeiro. Quer espaço físico mais adequado que o rio, a floresta? Com uma cultura tão rica, é difícil pensar em dificuldades para trabalhar Educação Física!

### **1.2.5 – RETORNO E REFLEXÃO**

São 2h da manhã, o vigia da escola bate na porta do alojamento, pois o barco já tinha posto o motor para funcionar na vila Macedônia. O professor André me acompanhou até o trapiche e me pediu um favor: “Daria para você ligar para meu tio José, que mora em Santana, e avisar que eu estou bem aqui no Bailique, que vou para lá no fim do mês ou no carnaval, que só não liguei antes porque os telefones da Escola Bosque e da vila Progresso não estavam funcionando há algumas semanas.” O barco passou às 2hs e 15min, me despedi do André e do vigia, deixando um

abraço para todos e todas da Escola Bosque do Bailique. Assim que o barco saiu, deitei na rede e dormi (tinha pouca gente viajando). Acordei às 7hs da manhã com o barco Marília parado, fui tomar um pouco de café e perguntei por que estávamos parados. Um dos tripulantes me disse que a maré estava um pouco baixa para navegar e não adiantaria nada chegarmos cedo a Macapá, pois somente poderíamos atracar com a maré cheia. Voltei a dormir. Às 11hs e 30min, vi uma fila perto da mesa do barco, era um almoço que estava sendo servido, pelo preço de R\$ 5,00. Entrei na fila, mas a comida acabou antes de chegar minha vez de almoçar. Como havia conhecido um garoto, Adriano, de sete anos, com o qual conversei boa parte da viagem, dividimos o fone de ouvido do walkman, ele me deu algumas bolachas e eu comprei dois refrigerantes. O Adriano, com a camisa do Flamengo, apontou seu irmão de quatro anos e contou que o havia salvado duas vezes de morrer afogado no rio. Pensei: “Mais um conteúdo da Educação Física – socorros de urgência”. Conheci também um moço que me ofereceu mel de abelhas, morador do Bailique, disse que trabalhava como pescador, mas que não dava lucro, ou melhor, somente dava lucro ao dono do barco, então passou a trabalhar com mel, que já era filiado à cooperativa. Acabei ganhando um litro. Comecei a ler o livro “Tendências da Educação Ambiental Brasileira” (NOAL; REIGOTA; BARCELOS, 2000), mas estava difícil ler, com o barulho ensurdecido do motor. Fui ler em cima do barco, mas o sol estava muito quente. Fechei então o livro e comecei a observar o que me cercava: a perícia do piloto, desviando dos bancos de areia do rio. Estou sentado na parte da frente de um pequeno barco, sentindo uma brisa suave em minha face e um sol muito forte, rodeado pelas águas do rio Amazonas. Vejo algumas ilhas e uma mata muito bonita, tendo ao alto um céu azul maravilhoso, com poucas e brancas nuvens. Olho para trás e vejo hasteada, tremulando com o vento, a bandeira do Brasil, com



seu verde imponente. Emociono-me ao pensar como estou longe de casa e ainda estou no meu País, em quantas belezas já vi, estou vendo e quantas ainda há por ver. O texto do Marcos Reigota que acabei de ler fala dos nomes que fizeram e fazem a história da Educação Ambiental no Brasil, e me questiono sobre o que eu tenho feito. Acho que o fato de estar aqui, me questionando inclusive, é um bom começo. Como estava muito quente, resolvi voltar para a rede e, descendo, vi um passageiro jogando uma latinha de refrigerante no rio, quase pulei atrás e quase o adverti, porém engoli minhas palavras e cheguei à seguinte conclusão: “Temos muito o que fazer pela Educação Ambiental no Brasil”. Notei que havia somente uma cesta de lixo no barco. Isso vai no meu relatório para o Nilson Moulin.

Cheguei a Macapá às 16hs e 30min (lembra o horário de saída), a Marcelina e o motorista me esperavam no porto. Fui direto para o alojamento descansar um pouco. À noite, o Jean Cláudio e sua esposa me convidaram para jantar em um restaurante de um amigo deles. O bar onde “é proibido abraçar e beijar” e adverte “não insista”. Encontrei mais alguns amigos que fiz por lá, como o João Henrique, médico que trabalhava em Santos, que foi para Macapá e não quer mais voltar. Acho que conheci quase todo tipo de comida do Amapá, desde o açaí até a maniçoba, todo tipo de música, do brega ao zuk love, inclusive ganhei o CD do Zé Miguel, porém gostaria de conhecer muito mais. Na madrugada do dia 18 de janeiro, voltei para São Paulo com um monte de novidades, louco para contar, e também muitas perguntas que pretendo esclarecer numa próxima oportunidade. Gostaria de agradecer a todos e todas que gentilmente me receberam e me acolheram. Espero não ter esquecido de nenhum (a) personagem dessa grande experiência.

## **A reflexão**

Quando viajei para o Amapá, minhas representações de Educação Ambiental e meio ambiente já haviam sido desconstruídas e reconstruídas novamente. O conceito de Educação Ambiental como educação política, baseada em valores sociais, culturais, tendo o ser humano como “sujeito da história”. Ao chegar àquele Estado, me senti como o mais feroz antropófago, louco para deglutir aquele banquete de informações. A presença dos ideais ambientalistas de Marcos Reigota e do Nilson Moulin ou prof. Nilson Carlos, como é conhecido por lá, estavam em toda parte. Desde as fotos dos alunos orgulhosos da Escola Família Agrícola do Carvão, até os livros “O que é Educação Ambiental?” e “Meio Ambiente e representação social”, que os professores do Bailique fizeram questão de me mostrar.

Quando me apresentei como orientando do prof. Marcos Reigota, passei a ser o banquete e quiseram me deglutir. Fizeram muitas perguntas, comentários e por que eu os visitava.

Inconscientemente, porém de forma justificável, notei que meus questionamentos sempre caíam em duas questões: como é a Educação Física escolar? Como se trabalha com a Educação Ambiental?

Sobre a Educação Ambiental no Estado creio que dispensam-se comentários depois de tudo que relatei anteriormente, dos trabalhos de preservação da mata nativa à valorização do ser humano presente em todos os projetos, por exemplo, o projeto das Parteiras do Amapá (MOULIN; JUCÁ, 2002); porém, sobre a Educação Física, muitas dúvidas voltaram comigo. Conheci no Amapá três tipos de escolas: Estadual, Escola Família Agrícola e Escola Bosque, com realidades bastante

diferentes quanto à estrutura física, pedagógica e metodológica no que se refere à Educação Física escolar.

As escolas estaduais, geralmente localizadas nas cidades, possuem professores e professoras de Educação Física, que são oriundos dos Estados do Pará e do Rio de Janeiro, pois o Estado do Amapá não possuía curso superior da disciplina. Para as aulas de 1ª a 4ª séries eram contratados monitores de recreação, que geralmente possuíam o ensino médio e um curso de recreação. O Governo Estadual passou a incentivar alguns tipos de esportes no Estado, por exemplo, a natação, depois de alguns bons resultados de atletas locais em competições regionais e nacionais. Os campos de futebol existem por toda a parte. O incentivo do Governo veio na forma de construção de piscinas para treinamento da natação nas escolas estaduais, o que nos mostra a hegemonia do pensamento pedagógico técnico esportivo. (KUNZ, 2001)

Nas Escolas Família Agrícola do Carvão e Agroextrativista do Maracá, as quais tive oportunidade de visitar, a Educação Física está inserida na grade curricular, porém é praticada após as aulas, geralmente com um jogo de futebol entre os meninos e professores. Quem ministra as aulas não é um profissional habilitado (formado em Educação Física), por várias razões, como a ausência desse profissional no Estado. As aulas são ministradas ou acompanhadas por um professor monitor da escola. Nas EFA's, os professores são formados em centros de formação, dentro da filosofia da pedagogia da alternância; a maioria que conheci havia se formado nas EFA's do Estado do Espírito Santo, pioneiras no Brasil.

Na Escola Bosque do Bailique não existiam aulas de Educação Física, devido, segundo o diretor da referida escola, à distância da capital, à dificuldade de

acesso, à adaptação ao local, à “ausência” de espaço físico adequado (quadras) e à metodologia socioambiental.

O que mais me incomodou foi a ausência de profissional de Educação Física na Escola Bosque, pois quem leciona na referida escola recebe principalmente incentivos financeiros, que resultam em melhores ganhos salariais.

Alguns motivos são justificáveis, como a distância da capital (os profissionais de Educação Física são do Pará ou do Rio de Janeiro). Todavia, tais motivos são amenizados, como a não ausência de espaços físicos e a adaptação à metodologia socioambiental, pois existe uma imensidão de áreas para a prática de atividades: árvores, rios, trilhas; existem músicas, danças, histórias, esportes locais, enfim, uma infinidade de meios para exercer-se uma Educação Física que contemplo o aluno (a) como um todo, valorizando não só seu aspecto biológico, mas sim o cognitivo, o social, o cultural, o filosófico. Enfim, uma Educação Física que atenda aos objetivos do projeto político-pedagógico da escola.

Essas reflexões me deixaram com muitas dúvidas a respeito da Educação Física escolar em meio a uma prática de Educação Ambiental. Acho que encontrei o meu problema de pesquisa.

A questão que me instigou na minha volta foi: Como a Educação Física escolar pode trabalhar com as questões da Educação Ambiental em seu cotidiano?

## **CAPÍTULO 2 – (DES) ENCONTROS**

### **2.1 – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UM RETROSPECTO**

De volta com minhas dúvidas a respeito da Educação Ambiental na Educação Física escolar, achei por bem realizar uma pesquisa bibliográfica, a fim de levantar trabalhos já produzidos com esse enfoque. Considerando que “a prática da Educação Ambiental é definida pela concepção que se tem de meio ambiente” (Reigota, 2001), faz-se necessário procurar tanto as produções que se referem à Educação Ambiental e Educação Física, como também de meio ambiente e Educação Física.

Os documentos oficiais que regem a Educação Física escolar brasileira, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, distribuídos a todas as escolas e professores (as) nos últimos anos, trazem o tema meio ambiente como um tema transversal, que deveria perpassar todas as disciplinas. No caso da Educação Física, o tema meio ambiente é posto como uma nova forma de abordagem dos conteúdos, ou seja, por meio de práticas no ambiente natural, poder refletir sobre os conteúdos. A saber, os conteúdos de Educação Física nos PCN’S estão divididos em três grandes blocos: a) esportes, jogos, lutas e ginásticas; b) atividades rítmicas e expressivas e; c) conhecimentos sobre o corpo (MEC,2001). O próprio documento, ao apontar possibilidades de trabalho pela Educação Física, cita os ditos esportes de aventura, esportes radicais, ou mesmo esportes de contato com a natureza, como o alpinismo, o surfe, jet-ski, etc. e afirma também que a Educação Física deve traçar “possíveis

relações que o meio estabelece com o organismo durante uma prática, e de uma atitude no cotidiano que busque minimizar as marcas deixadas pelo homem no meio ambiente”. Sugere, ainda, possíveis lugares para a prática das reflexões, como “parques, praças e praias”. (Idem)

Analisando as produções científicas da Educação Física dos últimos anos, nota-se muito pouca produção que contemple assuntos referentes à relação meio ambiente ou Educação Ambiental/Educação Física.

Gebara (1992), ao traçar as perspectivas, através da história, para a Educação Física no século XXI, faz citações que “poderão se constituir em temática privilegiada para o desenvolvimento da área de estudo”. Um primeiro tema:

“refere-se à constituição da área de conhecimento...outra questão trata de apontar para as novas interfaces que se abrem para a educação física, tendo em vista a velocidade crescente das transformações ambientais...Por último coloca-se a questão dos desportos tanto nas suas relações com a educação física, quanto na sua autonomização em relação a ela.” (GEBARA, 1992).

Sobre a questão ambiental, colocada como uma nova interface da Educação Física, o autor aponta a necessidade do diálogo da “ciência voltada para o estudo da motricidade” com outras áreas do saber, como a Bioquímica Física, Ecologia, etc., pois toda ação motriz dá-se em um determinado meio ambiente.

Primeiro, li os textos e depois travei contato pessoal com o professor Paulo Roberto Magnólio Spósito de Oliveira, ou Magnólio, como gosta de ser chamado. Conheci um pouco do seu trabalho e, para aumentar minha felicidade, ele também é formado em Educação Física, além de Direito, Serviço Social e Artes Circenses, descobri também que desenvolve uma “concepção lúdica de Educação Ambiental” (REIGOTA, 2003), conhecida como “EDUCOLOGIA” ou, como o próprio Magnólio

esclarece, “uma nova maneira, alegre e gostosa de fazer Educação Ambiental” (MAGNÓLIO, 2003). Sua trajetória dentro da Educação Ambiental, desenvolvendo manifestações artísticas, tem abrangido todo o País, “desde a luta antimanicomial no Rio Grande do Sul às iniciativas de combate às doenças pelo projeto Saúde e Alegria, com sede em Santarém desde 1987”. Também trabalha no acampamento de férias chamado “Sítio do Sobrado”, no município de Guararema, SP, onde, “além de atividades físicas, como caminhadas na mata, natação, futebol e outros jogos, trabalho também o lado artístico de cada participante” (VICTAL, 2000).

De sua longa vivência na Amazônia, Magnólio coleciona histórias contadas por ribeirinhos, indígenas e todo tipo de gente que encontra pelo caminho. Compõe, pinta e escreve poesias. (REIGOTA, 2003)

Magnólio diz arriscar-se quando, em seu livro, diz que pretende escrever um livro com a sua cara, montando uma história e convidando o leitor a construir com ele. Define-se como:

Qual é a minha cara?  
Brasileiro, paulista  
advogado, assistente social,  
educador, artista circence,  
barman, guia de turismo,  
garoto propaganda,  
professor de história e geografia,  
ator, poeta, compositor, escultor, pintor,  
professor de educação física, terapeuta,  
comunicador, quite com o serviço militar,  
candidato a vereador, strip man, camelô,  
coroinha, comendador, produtor musical,  
mestre de cerimônias, marchand,  
corretor de imóveis, educador ambiental,

moderador de conflitos,  
facilitador da comunicação,  
cidadão planetário, servidor  
público mundial,  
pedagogo da cidadania,  
pai, filho, primo, tio, sobrinho, cunhado,  
enamorado pela vida,  
corinthiano,  
e quando me emociono  
eu choro!

(MAGNÓLIO, 2003)

O encontro com o trabalho do prof. Paulo Magnólio de certa forma me animou a descobrir essa Educação Física que tratasse das questões ambientais em seu cotidiano, porém, as obras consultadas posteriormente me mostraram um outro caminho. Algumas tratavam dos esportes de aventura, outras tratavam da Educação Física a partir do lazer e da recreação por intermédio de atividades ligadas à natureza, mas nenhum outro trabalho tratava da relação que eu buscava visualizar.

Aprofundando o levantamento sobre a produção nessa área, fiz o estado da arte de dois grandes congressos científicos da Educação Física e dois eventos da Educação Ambiental. Tal estudo justifica-se por esses congressos proporcionarem importantes momentos de divulgação das produções científicas. Busquei, nos congressos da Educação Física e Ciências do Esporte, produções que contemplassem a relação da Educação Física com a questão ambiental e, nos congressos da Educação Ambiental, produções que retratassem as atividades da Educação Física em seus estudos.

Escolhi dois congressos de Educação Física: O CONBRACE – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado a cada dois anos pelo CBCE – Colégio



Brasileiro de Ciências do Esporte, importante entidade científica da Educação Física no Brasil, filiada à SBPC. O CBCE foi fundado em 1978 e, desde então, se firmou como entidade produtora e difusora de conhecimentos da Educação Física que tem, no CONBRACE, o ponto alto da divulgação da produção científica brasileira, nessa área. O segundo analisado foi o Congresso Científico Latino-Americano da FIEP-UNIMEP (Federación Iternationale D'Education Physique – Universidade Metodista de Piracicaba) – Simpósio Científico Cultural em Educação Física e Esportes Brasil/Cuba. Congresso realizado também de dois em dois anos, inversos à realização do CONBRACE. Escolhi este por ser latino-americano, do qual participam pesquisadores (as) dos países latino-americanos (Chile, Cuba, Uruguai e Brasil) e convidados de outros países, como Alemanha, Espanha e Portugal. Analisei também o I Simpósio Sul-Brasileiro de Educação Ambiental; II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental – SIGEA; XIV Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente – SAUMA, realizado de 09 a 12 de setembro de 2002, na cidade de Erechim, RS, e o First World Environmental Education Congress (Primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental), realizado entre 20 e 24 de maio de 2003, na cidade de Espinho, Portugal.

Foram analisados os Congressos dos anos 2000 a 2003. Sendo o 1º Congresso Científico Latino-Americano da FIEP/UNIMEP no ano de 2000, em Piracicaba, SP; XII CONBRACE em 2001 realizado em Caxambu, MG; o 2º Congresso Científico Latino-Americano da FIEP/UNIMEP, realizado também em Piracicaba, SP, em 2002; e o XII CONBRACE, realizado em 2003, também na cidade de Caxambu, MG. Em geral, as apresentações são feitas em forma de conferências ou mesas-redondas, com pesquisadores (as) convidados (as). São realizados também seminários e apresentações de trabalhos na forma de artigos,

comunicação oral e na forma de pôsteres ou painéis. Nos congressos de Educação Ambiental, as apresentações foram feitas na forma de comunicações principais (conferências) e comunicações orais.

A minha busca centrou-se na relação entre a Educação Física e a Educação Ambiental. Para tanto foram definidos, como categoria de análise, palavras-chave a serem pesquisadas nos títulos das conferências, artigos, seminários e comunicações. Para os eventos da Educação Física foram definidas as palavras-chave: Educação Ambiental, meio ambiente, ecologia e natureza. Para os eventos da Educação Ambiental foram definidas as seguintes palavras-chave: Educação Física, esportes, corpo e qualidade de vida. Uma vez identificadas uma ou mais palavras-chave no título da comunicação ou da conferência/roda-redonda, este era selecionado para uma análise de todo o seu conteúdo, no caso das conferências e artigos, ou uma análise do resumo da comunicação. Nessa segunda análise, procurei verificar como estão sendo usados conceitos como: meio ambiente, Educação Ambiental, Educação Física, natureza, relações dos estudos com Educação Física escolar, relações dos seres humanos com o meio natural.

Gráfico 1

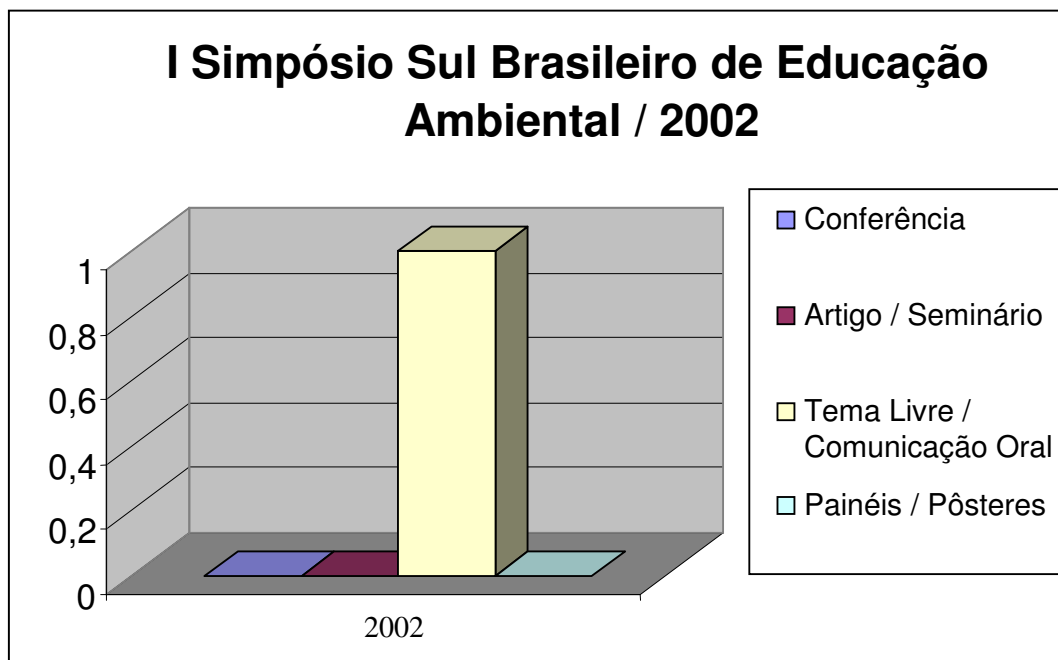


Gráfico 2

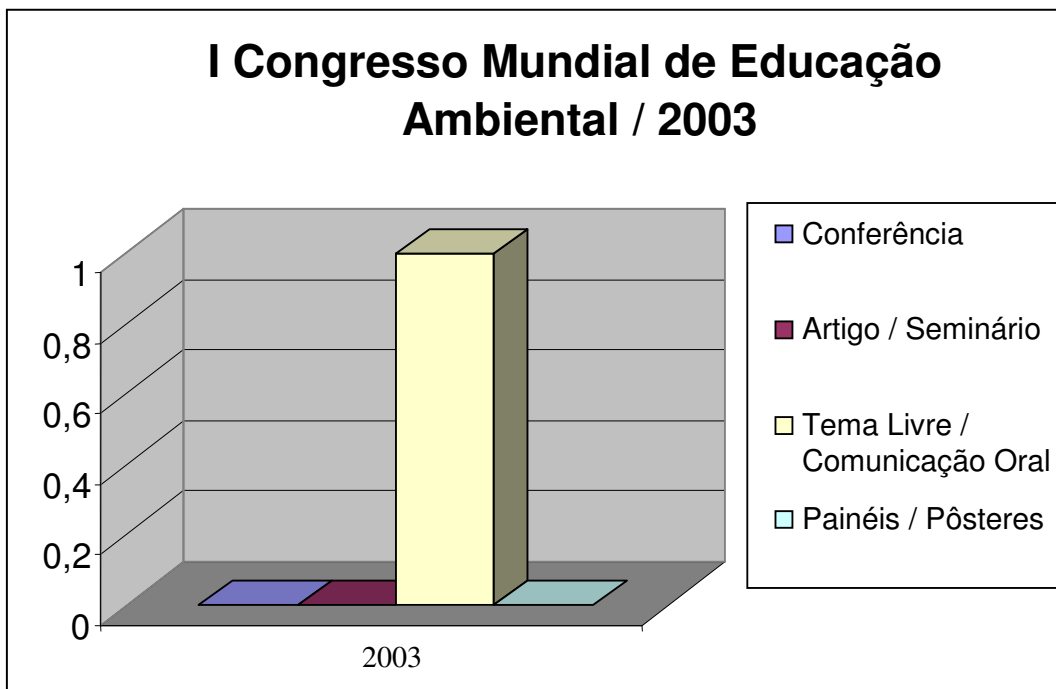


Gráfico 3

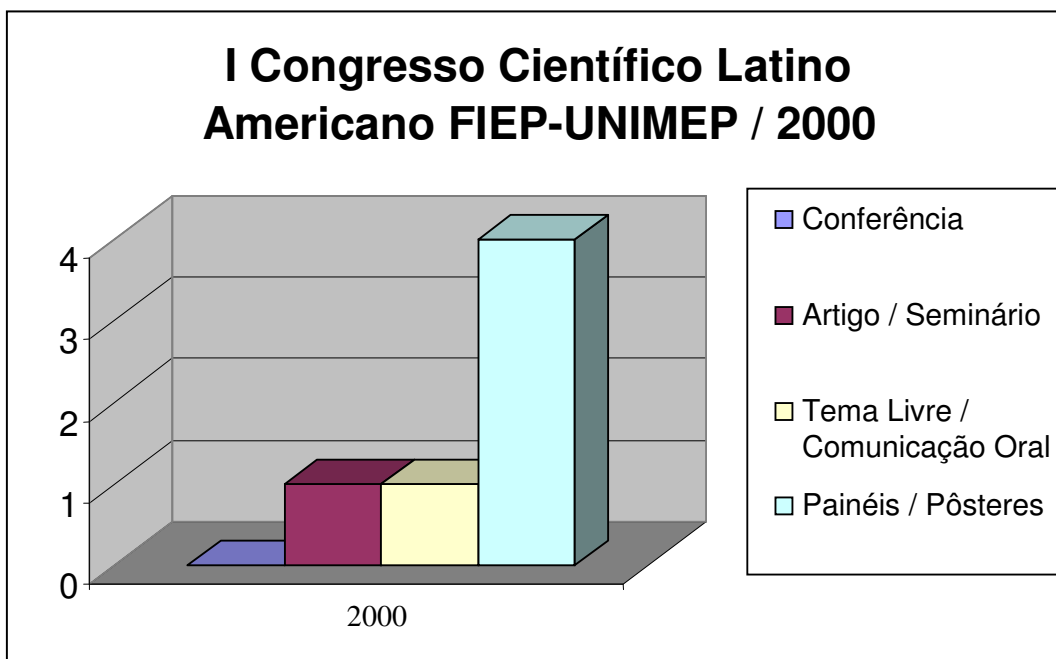


Gráfico 4

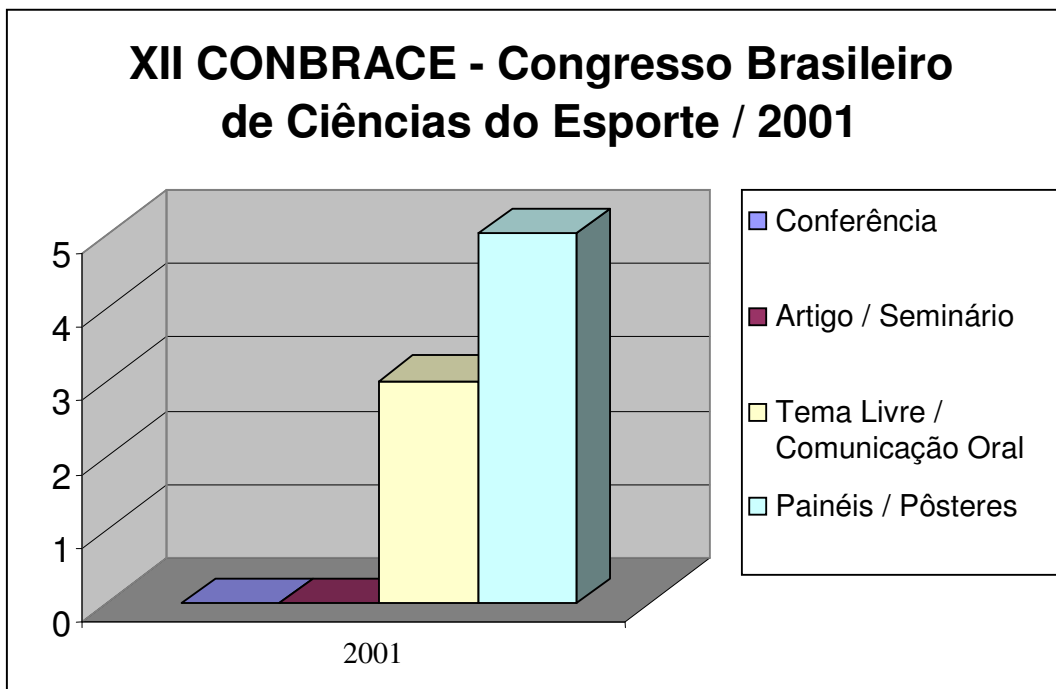


Gráfico 5

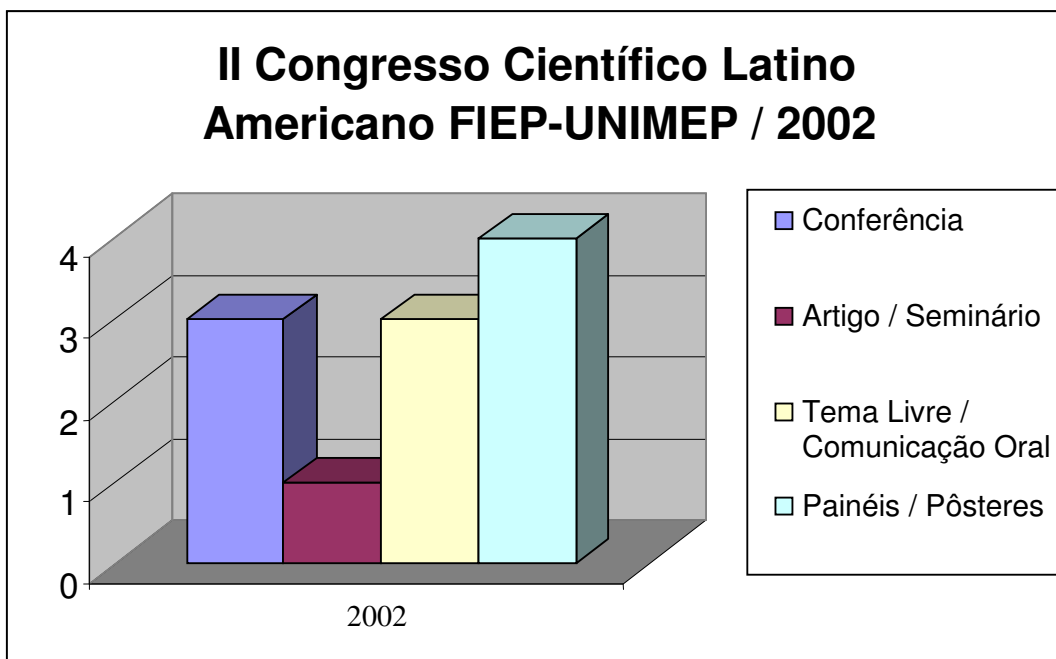
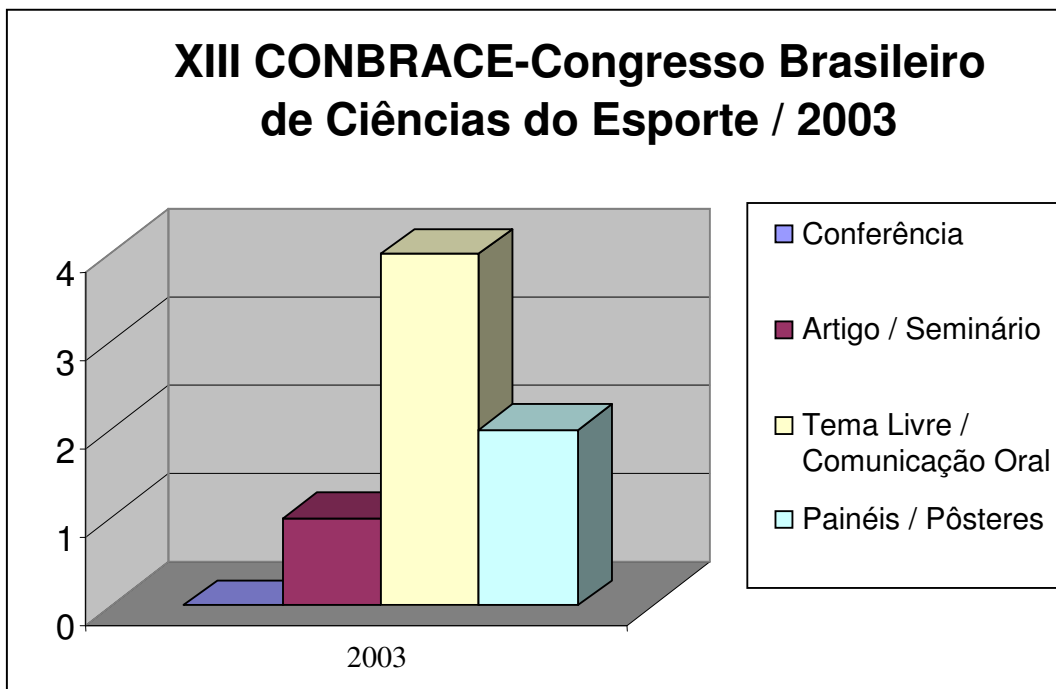


Gráfico 6



Nos congressos da Educação Ambiental, foram apenas dois trabalhos de comunicação oral que apresentaram alguma ligação com a Educação Física. No trabalho apresentado no I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental – 2002, o tema mostra uma preocupação com a qualidade de vida (SCHOELER, 2002) na educação, ressaltando a interdisciplinaridade da Educação Física escolar e incentivando a prática de esportes em áreas naturais. No trabalho apresentado no Congresso Mundial de Educação Ambiental, na preocupação com a qualidade de vida, o autor retrata a subjetividade do termo e discute como a Educação Física e a Educação Ambiental podem ajudar não pela qualidade de uma vida, e sim da vida. Ressalta os direitos humanos de todos os cidadãos e cidadãs, necessários para se ter a qualidade da vida. No referido congresso, realizado em Espinho, Portugal, apresentei o trabalho ora citado. Tal congresso foi muito importante para mim, porque pude analisar a Educação Ambiental brasileira em relação aos demais países participantes. Pude notar o avanço brasileiro em relação à legislação ambiental e os referenciais teóricos brasileiros que são usados em muitos países.

Mantive contato com pessoas de diversos países e que desenvolvem projetos de Educação Ambiental. Os grandes exemplos de trabalho ambiental foram do Brasil e da África, mostrando que os exemplos não vêm mais de cima, dos países do hemisfério norte. Recebi o convite para conhecer algumas universidades da Espanha, como a Universidade de Alicante e a Universidade de Santiago de Compostela, que possui o curso de Doutorado Interuniversitário de Educação Ambiental. Em tal oportunidade, conheci o Professor Pablo Cartea Angel Meira, que desenvolve importantes trabalhos de Educação Ambiental na região da Galícia, Espanha, e é referência em toda a Europa.

No 1º Congresso Científico Latino Americano FIEP-UNIMEP em 2000, o tema foi: “O fenômeno esportivo no início de um novo milênio”:

“O fenômeno esportivo é um dos grandes acontecimentos socioculturais presenciados pela humanidade durante este século XX. De algo tímido, sem grandes conseqüências para a macroestrutura social no século XIX, ele se alastra, rompe barreira, agiganta-se, interfere em decisões políticas, econômicas, cria hábitos, necessidades, mostra sua força através da mídia, estabelece uma estrutura em que milhares de pessoas vivem sob sua dependência, sejam elas atletas, profissionais integrantes de comissões técnicas, jornalistas, profissionais da saúde, dirigentes de equipes e federações, equipes administrativas, integrantes da indústria esportiva ou conglomerados de torcidas uniformizadas” (MOREIRA, SIMÕES, 2000)

Como o tema do congresso trata do esporte, justificam-se os trabalhos nos quais a questão ambiental é manifestada, o predomínio de questões relativas à prática de esportes na natureza, os ditos esportes de aventura, seja na conferência (COSTA, 2000), ou na comunicação oral ou em painéis. Nas comunicações, prevalecem atividades como a contemplação da natureza e a busca constante em desenvolver uma consciência ecológica, refletidas nas atividades de lazer.

Entretanto, somente em um trabalho o autor pesquisa o ser humano como parte integrante da natureza (CHAO, 2000).

Em 2001, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte teve como tema central: “Sociedade, ciência e ética: desafios para a Educação Física/ciências do esporte”, buscando refletir sobre um novo tempo, com múltiplas formas de se pensar a sociedade, o ser humano e o conhecimento. Tempo de novas exigências, de incertezas. “Incertezas como a ética que vem orientando a produção, a distribuição e a utilização do conhecimento científico em âmbito geral e também em nossa área de atuação” (CBCE, 2001). No referido congresso, não houve nenhuma conferência/mesa-redonda ou seminário que abordasse a questão ambiental. Interessante notar que as comunicações orais que mostraram ligações com a área ambiental foram apresentadas no GTT (Grupo de Trabalho Temático) 11 – Recreação e Lazer e, nos pôsteres, tivemos um trabalho apresentado no GTT 1 – Atividade Física e Saúde e um no GTT 5 – Formação profissional/ Campo de trabalho. Em todos prevalece a idéia da atividade física como lazer, tratando das relações do ser humano com a natureza e prevalecendo o sentido de contemplação. No que concerne à Educação Física escolar, nos pôsteres, foi apresentado um trabalho realizado na UFBA – Universidade Federal da Bahia, enfocando a questão ambiental na formação de professores (DOMINGUES, ROSSO, TAFFAREL, 2001),

“O esporte como fator de qualidade de vida”, este foi o tema do II Congresso Científico Latino-Americano da FIEP-UNIMEP; 2º Simpósio Científico Cultural em Educação Física e Esportes Brasil/Cuba.

“Durante o século XX, o **esporte**, em razão de sua amplitude e complexidade, foi identificado como um dos principais fenômenos sociais. Já na sua segunda metade desse século, outro tema ganhou expressão –



**qualidade de vida** – e uma gama cada vez maior de intelectuais passou a se preocupar em produzir reflexões contextualizadas sobre ele.

Estamos agora no alvorecer de um novo século e de um novo milênio. Daí a razão de associarmos os dois temas – **esporte** e **qualidade de vida** -, como profissionais da motricidade humana, das ciências do esporte, da Educação Física, da cultura corporal, entre outros nomes identificadores dessa área de conhecimento científico”. (MOREIRA, SIMÕES, 2002) (grifos do autor)

Os trabalhos do congresso foram apresentados e analisados de acordo com subtemas e, neste evento, no qual o esporte e qualidade de vida são os temas principais, um dos subtemas foi: Esporte, Meio Ambiente, Meios de Comunicação e Qualidade de Vida. Nesse subtema, a conferência do Prof. Ruy Jornada Krebs, da Universidade do Estado de Santa Catarina, foi: “Esporte, meio ambiente e qualidade de vida: um entrelaçamento mediado pela perspectiva ecológica”, em que o autor retrata a emergência da abordagem ecológica, a partir das reflexões de Guattari (1990), discutindo os conceitos de esportes, meio ambiente e qualidade de vida, terminando por fazer uma relação entre os conceitos. Na conferência da professora Nilda Tevês Ferreira, com o tema: “Qualidade de vida, meio ambiente e esporte: focos de complexidade”, a autora retrata muito bem a “complexidade” que é abordar os referidos temas e a dificuldade de interligá-los. “Falar de qualidade de vida com um mínimo de rigor, significa recorrer a novos paradigmas de entendimento das relações homem/sociedade/natureza” (FERREIRA, 2002).

“Toda a natureza vive e precisamos humanizar nosso olhar, pois dele resulta a nossa atenção propensa às questões do meio ambiente. Mais ainda, ele nos permite criar novos valores, novos sentidos para a vida e, por que não dizer, construir um futuro melhor para a humanidade. Esse futuro requer a preservação não apenas do ambiente físico e biológico, mas também a memória social e antropológica do homem, defendendo a diversidade como um valor e impedindo a construção de um mundo homogêneo, que por si mesmo seria racionalmente trágico” (id.)

A autora trata com muita profundidade os temas, aprofundando a visão do ser humano, da qualidade de vida e da necessidade de buscarmos um novo modelo de esporte, de Educação Física, comprometendo-se com a educação dos sentidos, pois o corpo é a mediação radical do ser humano com o mundo. Os demais trabalhos tratam da relação “homem/natureza”, usando o esporte como meio desencadeador da consciência ecológica, por meio de jogos e atividades esportivas na natureza.

O último congresso analisado foi o XIII CONBRACE – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, cujo tema central foi: “25 anos de história: o percurso do CBCE na Educação Física brasileira”.

“A temática central... expressa a vontade coletiva de que não sejam esquecidos os esforços de todos aqueles pesquisadores, desde os seus fundadores até os seus agregados mais recentes, no sentido de construir a história desta sociedade científica. O tema escolhido evidencia, também a presença efetiva da entidade na vida social e política da sociedade brasileira, já que, na sua trajetória de existência, o CBCE tem se mostrado presente nas discussões nacionais acerca de assuntos relevantes, nas áreas que lhe são afetas.” (Comissão Organizadora do XIII CONBRACE).

No referido evento, as conferências e mesas-redondas trataram da temática proposta, não havendo, portanto, nenhuma ênfase na questão ambiental, porém, pela primeira vez, foi criado um seminário para a discussão dessa temática. Com o título de “Educação Física e a questão ambiental”, o seminário procurou discutir a pesquisa em Educação Física relacionada à questão ambiental em nível mais geral, os principais recursos teórico-metodológicos, principais objetos e fontes, êxitos e limites. Com a coordenação do Prof. Humberto Luis de Deus Inácio (UFPR), o seminário desenvolveu-se com uma apresentação das principais produções que abordam a Educação Física e a questão ambiental, seguido de análise e discussão dos seguintes itens:

- Práticas corporais na Natureza (a atividade em si, representações, relação atividade-natureza e estilos de vida)
- Educação Ambiental
- Conceito de meio ambiente
- Impactos ambientais
- Modelos de desenvolvimento
- Formação Profissional
- Políticas públicas
- Mídia (o papel da...)

Vale ressaltar a importância do prof. Humberto, pesquisador da Educação Física e das questões ambientais, para que esse seminário fosse criado, bem como a brilhante condução das discussões que, como em todo debate sobre conceitos, modelos de desenvolvimento, etc, foram geradas ao longo do seminário. Nas comunicações apresentadas, na forma oral e em pôsteres, novamente aparece a formação de professores a partir da temática ambiental, trabalho desenvolvido e coordenado pela professora Celi Taffarel, da UFBA. Os trabalhos produzidos na UNICAMP discutem o método natural de se exercitar (SOARES, 2003) e a educação na natureza (MARINHO, 2003). Os trabalhos da UFSC questionam o “porquê do retorno do homem à natureza, através dos esportes de aventura” (GONÇALVES, 2003)(COSTA, FARIAS, 2003).

Feita a análise das conferências/mesas-redondas, artigos, seminários, dos trabalhos orais e pôsteres apresentados, é possível se chegar a algumas conclusões:

- A grande maioria das produções apresentadas referem-se às atividades físicas como lazer, daí a justificativa de nos CONBRACE's os trabalhos estarem no GTT 11 – Recreação e lazer, sendo produzidos em grupos de estudos do lazer como o GLEC - Grupo de Estudos Lazer e Cultura, coordenado pela profa. Dra. Heloisa Bruhns (Unicamp), LEL – Laboratório de Estudos do Lazer, (UNESP – Rio Claro). Utiliza o conceito de Ecolazer. Trabalhos dos membros da BACOR (UFRN). NIEL (UFPE) e dos membros do LEPEL (UFBA). Tais grupos de estudos (do lazer) apresentaram trabalhos tanto no CONBRACE como no Congresso Científico Latino-Americano da FIEP/UNIMEP.
- No GTT 4 – Escola, do CONBRACE, não foram apresentados trabalhos nas duas edições, porém o trabalho produzido por pesquisadores da UFPE (CORREA; BARBOSA; FRANÇA, 2003), embora não apresentado no referido GT, busca o desenvolvimento de atividades sócioeducativas para escolares, em trilhas, explorando as diferentes expressões da corporeidade. Vale citar também o trabalho de Educação Física escolar desenvolvido pelo Instituto Granbery da Igreja Metodista, apresentado no Congresso Científico Latino-Americano da FIEP/UNIMEP 2002, intitulado “Alunos na trilha (rumo à cidadania)” (CARVALHO, 2003), em que os esportes são tratados como um bloco de conteúdos da Educação Física escolar e, através do trekking, busca-se a interdisciplinaridade.
- A autoria dos trabalhos repete-se bastante nos dois congressos estudados, seja como autor (a) principal ou como orientação, isto porque os congressos são realizados em anos alternados e serem em locais e momentos privilegiados para se apresentar a produção acadêmica. Pesquisadores (as)

como Kátia Brandão Cavalcanti e Elizabeth Jatobá Bezerra, ambas da UFRN, Celi Taffarel (UFBA), que trabalha com formação de professores (as), Vera Lucia M. Costa (UGF), que pesquisa os esportes de aventura, são nomes constantes nos trabalhos apresentados.

- O meio ambiente é visto, em geral, como a natureza externa: a flora, a fauna, a água, o ar, o meio natural e em poucos trabalhos há um entendimento mais ampliado sobre esse conceito. O homem é visto como algo que está invadindo o meio. A natureza é vista como algo sagrado, externo ao ser humano e que precisa ser preservada.
- Há uma série de contradições teóricas e conceituais: ao mesmo tempo em que se fala em preservar a cultura local nas atividades, valoriza-se somente o aspecto biológico do ser humano. A contradição teórica é mais clara em relação à Educação Ambiental, onde se demonstra uma prática preservacionista, naturalista, citando autores que tratam da questão ambiental em outros âmbitos. Em relação à Educação Física, as discussões sobre o corpo também demonstram claras contradições, dado que as atividades visam à integração do ser humano à natureza, porém levam em consideração somente o aspecto biológico, outras vezes falam das subjetividades humanas, mas sempre visando ao bem estar físico.
- Cooperação x competição, nas práticas corporais junto à natureza: nas práticas, geralmente esportivas, citadas nos trabalhos, busca-se, por meio dos esportes no meio natural, uma mudança nos objetivos, ressaltando a importância da cooperação, dos trabalhos em grupos, mostrando um outro lado da atividade esportiva. Tenta-se excluir ou amenizar a competição na prática esportiva.

- Separação entre ser humano e natureza: o meio ambiente é compreendido como sendo somente o meio físico-químico, ou seja, o ar, a terra, a água, os animais. O ser humano, quando é envolvido, é somente como um ser biológico, não levando em consideração a cultura, o social. Tem-se a natureza como o belo, o perfeito e o ser humano como o invasor, o predador.
- Natural x artificial: como o meio ambiente é tido somente como o meio natural, busca-se nas atividades desenvolvidas uma fuga do meio urbano, tido como artificial para a vida natural.
- Nota-se que o uso do termo meio ambiente prevalece em vez de Educação Ambiental: o termo meio ambiente é mais utilizado, inclusive nos documentos oficiais, como os PCN'S e a Educação Ambiental, como uma atividade para se estudar o meio ambiente. Fala-se muito em atividades de meio ambiente em vez de atividade de Educação Ambiental.
- O termo Educação Física é muito pouco utilizado, devido à grande abrangência à amplitude da área, bem como à dificuldade de se definir o objeto de seu estudo, ao tipo de ciência em que se encaixa: é uma ciência biológica, humana, exata, etc. Na ausência de uma definição, opta-se por privilegiar um campo da Educação Física, talvez o mais atrativo, que é a prática esportiva, ou melhor dizendo, os esportes e o lazer.
- Um outro ponto observado foi que tiveram grande destaque os ditos novos esportes, os esportes de aventura, que possuem suas práticas geralmente em áreas naturais, em meio à “natureza”, numa definição de natureza como algo externo ao ser humano.

- A Educação Física escolar aparece menos ainda e, quando citada, é vista somente a partir dos esportes ou propondo sua prática em meio a trilhas, parques, etc.

A produção científica abordando a Educação Física e a Educação Ambiental, com todas as suas variantes analisadas anteriormente, não aumentaram no decorrer dos quatro anos pesquisados. Mesmo no 2º Congresso Científico Latino-Americano da FIEP/UNIMEP, cujo tema sugeriria o assunto, não houve aumento em comparação ao primeiro, o que se verificou foi um aprofundamento.

## **2.2 – A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA**

A razão deste item é discutir as relações entre a Educação Ambiental e a Educação Física Escolar, bem como pontuar as semelhanças de sua persistência, tentando se firmar como essencial, no processo educativo, em meio a avalanches de conteúdos que chegam à escola e a diversas representações sociais que emergem do grupo de pessoas que compõem a comunidade escolar. Entendendo a Educação Física como disciplina, “componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 2001) e a Educação Ambiental como tema, que, por sua transversalidade e necessidade, deve ser discutida em todos os espaços, momentos e, em especial, na escola, que deve perpassar todas as disciplinas e conteúdos.

Para se falar das representações sociais de Educação Ambiental e da Educação Física dentro da escola, carecemos entender o que se passa dentro dos muros da instituição escolar, buscando compreender o que se chama de cultura escolar.

Carvalho (1998) define a instituição escolar como uma “construção histórica resultante da intersecção da pluralidade de dispositivos científicos, religiosos, políticos e pedagógicos”, ou seja, um lugar onde estão presentes os diversos conhecimentos dos vários campos, dispostos ou não em diferentes disciplinas, influenciados pela organização interna e suas práticas, que, confluindo, buscam o entendimento de um determinado fenômeno social. Portanto, para se entender os fenômenos produzidos e/ou reproduzidos pela instituição escolar, devemos levar em consideração as dinâmicas internas e todos os fatores que colaboram na construção de sua organização, de sua cultura interna. Precisamos entender a escola como lugar de organização e produção de uma cultura própria, específica – Isto é, de uma cultura escolar.

Se a escola é uma construção histórica onde estão presentes as representações sociais dos envolvidos, construindo e influenciando sua dinâmica interna, produzindo uma cultura própria, a valorização de determinadas disciplinas e conteúdos também é uma construção histórica. Essa reflexão leva-nos a entender por que algumas disciplinas e conteúdos são mais valorizados que outros, como o caso da Educação Física e dos jogos futebol de salão, vôlei, etc. (conteúdos da Educação Física escolar).

Nestes anos, como Coordenador Pedagógico, tenho notado muitas queixas de professores e professoras de Educação Física, os quais reclamam que a disciplina não é valorizada na sua escola e reclamações de alunos e direção de que os professores (as) valorizam mais determinados conteúdos (modalidades esportivas).

As disciplinas e seus conteúdos, do bloco das ciências humanas, exatas ou biológicas, se justificam por si só, ou seja, ninguém pergunta, ou quase nunca



pergunta, por que o professor ou professora de Matemática trabalha um determinado conteúdo, ou por que, na Geografia, aprende-se sobre os relevos, mas muito se questiona sobre as ações da Educação Física, e os trabalhos de Educação Ambiental na escola. Trabalhar tanto com Educação Física como com Educação Ambiental exige que se justifiquem suas ações e também sua presença na escola, constantemente. Quando se pretende trabalhar com a Educação Ambiental na Educação Física escolar, então...

Tais constatações fazem surgir questionamentos sobre as exigências de justificativas da presença e das ações da Educação Física e da Educação Ambiental na escola. Exigências tais que recaem sobre os (as) profissionais da educação que se propõem a trabalhar com Educação Física e com Educação Ambiental.

A Educação Física escolar é um dos maiores campos de atuação dos (as) profissionais de Educação Física, é também um dos mais desprivilegiados, seja de reconhecimento, mídia ou mesmo salarial. Atualmente, tem mais prestígio e é talvez mais rentável ser um “personal trainer”, técnico (a) de determinada equipe desportiva, recreacionista de hotéis, etc, do que ser professor de Educação Física da escola municipal de ensino fundamental “Prof. Euclides de Oliveira”, do bairro de Canguera, da rede municipal de ensino de São Roque - SP. Portanto, as pesquisas acabam se voltando ao que está em voga. Em geral, as pesquisas consultadas em que aparecem os termos meio ambiente e Educação Ambiental, relacionam Educação Física com lazer e recreação.

A Educação Física, nos moldes como vem sendo trabalhada nas escolas, prega uma instrumentalização do corpo, educando-o ou motivando o consumo das capacidades corporais como se fossem objetos (Costa, 1992). Devemos pensar um corpo em novas postulações ecológicas, reforçando as relações da humanidade com

o social, o psicológico e com a “natureza”, buscando interações entre ecossistemas, ambiente tecnológico e imaginário social. (GUATTARI, 1997).

A busca da Educação Física em se livrar de valores renascentistas, iluministas e de outras “aspirações e interesses” que a dominaram ao longo de sua história, trouxeram muitas dúvidas e incertezas, comuns nas “crises”, mas que refletiram-se na prática do (a) professor (a) especialmente na escola, onde criaram-se práticas sem nenhuma fundamentação teórica, baseadas nas representações sociais (DAÓLIO, 1995) (BARBOSA, 2001) dos profissionais, pregando suas crenças, valores, dúvidas. A obrigatoriedade de implantação de conteúdos em seu dia-a-dia, levou a práticas sem o conhecimento necessário do assunto, o que gera novamente atividades com base em suas representações sociais.

Daólio, (1995), utilizando um referencial antropológico, disserta sobre as representações que os (as) professores (as) têm sobre o conceito de corpo, bem como do seu próprio entendimento da área de atuação profissional, ou seja, sobre uma lógica que suporta e rege sua prática profissional. Em sua abordagem, considera “a experiência profissional como uma prática cultural”, e os professores e professoras como atores sociais, e sua prática influenciada culturalmente.

“Assim, como elementos sociais que são, eles traduzem e filtram, em sua prática docente, determinados valores segundo a forma como foram educados, a forma como foram preparados profissionalmente, segundo a escola onde trabalham, etc” (id.)

Embora não faça referências à teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1976), mostra-nos a importância do vivido pelos (as) profissionais, influenciando sua prática, determinando suas concepções de Educação Física, levando-os a privilegiar determinados conteúdos, a valorizar determinada habilidade.

As representações sociais expressam os conhecimentos práticos, de senso comum, pois, “além de formarem-se a partir de percepções da realidade, as representações também influem na constituição da realidade” (BARBOSA, 2001). As representações de Educação Física, construídas historicamente pelos sujeitos ativos e passivos dessa história, refletem-se na prática diária na escola.

As especificidades que a história da Educação Física criou ao longo dos anos, a diversidade de conceitos e abordagens da temática “corpo”, bem como o momento de ebulição e mudanças de paradigmas que estamos vivendo, justificam uma gama de interpretações da Educação Física pelos professores e professoras. Os profissionais (que estão em atividade), formados sob um conceito higienista, tendem a direcionar suas práticas para atividades que visem a uma busca pela saúde, valorizando conteúdos como a ginástica. Os (as) formados (as) em um caráter tecnicista, valorizarão as modalidades esportivas, os treinamentos, os jogos, ainda buscando o objetivo de transformar o Brasil numa potência olímpica. A ampliação do conceito de “Homem”, que prefiro referir como “Ser Humano”, pela Educação Física, somente aconteceu na última década do século XX, portanto os (as) novos (as) profissionais, formados nessa década, já deveriam estar com uma visão ampliada, porém, por quem e por quais instituições foram formados e formadas, senão pelos mesmos que deram o caráter tecnicista da década de 70 e parte da década de 80.

As licenciaturas, única habilitação até a década de 80, não garantiram a visão do homem que se movimenta intencionalmente em situações de jogo, de esporte, de dança, de ginástica ou de lazer, nem garantiram o status de disciplina acadêmica para a “atividade” Educação Física.

Os professores, oriundos desses cursos, trabalharam e ainda trabalham as qualidades físicas básicas, vivenciadas no contexto do esporte competitivo, na busca constante da perfeição, estabelecida por parâmetros e tabelas externas aos corpos dos alunos (MOREIRA, 1992)

Essas diferentes representações da Educação Física ressaltam o porquê de o professor (a) privilegiar determinado conteúdo e, passados 12 anos do alerta de Wagner Moreira, constatamos que pouco ou quase nada mudou. Daí a premência de se desconstruir conceitos e reconstruir novos a partir de pensamentos que estão em ebulição.

Segundo classificação do MEC, a Educação Física está inserida no grupo das Ciências Biológicas. Isso se justifica se voltarmos às suas origens pois, já foi parte da medicina. É visível a sua interdisciplinaridade e contém ramos na Medicina, na Sociologia, na Pedagogia, na Psicologia, na Antropologia, na matemática, partilhando com essas e outras áreas seus conhecimentos e seus métodos de investigação.

Com suas ligações com as ciências exatas e biológicas, pode-se entender o que se passa com o corpo em movimento, bem como, com as ciências humanas e sociais, refletir e analisar as relações deste corpo com outros corpos e com o meio em que se está inserido.

Devemos pensar a Educação Física como a disciplina que estuda o ser humano que se movimenta intencionalmente na direção de sua auto-superação, nas situações históricas e culturais de jogo, esporte, ginástica, luta e danças.

Já a Educação Ambiental é, segundo o Ministério de Educação e Cultura, um “tema transversal”, “permeando toda prática educativa” (BRASIL, 2001). É bem recente a idéia de “que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais... que se convencionou chamar de Educação Ambiental” (REIGOTA, 1994). Ela se difundiu a partir de 1972, na Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo, na Suécia. No Brasil, desde agosto de 1981,

quando foi sancionada a lei nº 6938, que dispõe sobre a “Política Nacional do Meio Ambiente, finalidades e mecanismos de formulação e execução”, a Educação Ambiental foi considerada como um de seus alicerces, devendo-se voltar a todos os níveis de ensino, inclusive à educação da comunidade, a fim de capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981) (PELICIONI, 2000). Em 1999, quase duas décadas depois dessa primeira lei, “estimulada pela atuação de ambientalistas, educadores e outros grupos junto aos legisladores” (id.), foi finalmente promulgada, em 27 de abril, a Lei nº 9.795, “que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”. (BRASIL 1999). Pouco antes, havia passado a ser “obrigatório” nas escolas do País, organizada e distribuída às escolas, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a partir de 1997.

A premência das questões socioambientais, que têm progressivamente se tornado objeto de preocupação em nível nacional e internacional, é mais um dos assuntos que emergem no campo da educação e que torna necessária a sua discussão em todos os espaços possíveis, devido ao quadro mundial de degradação ambiental, social e cultural. Portanto, todas as disciplinas devem pensar e interagir com as questões em pauta, pois a Educação Ambiental vem sendo considerada e divulgada como uma das formas de enfrentamento e de reversão desse quadro de degradação.

O tema meio ambiente e, conseqüentemente, Educação Ambiental, estão inseridos no cotidiano escolar por meio do conteúdo de disciplinas específicas, mas ganhou maior destaque nas últimas décadas, devido ao seu interesse social e pela legitimidade que essa temática conquistou. Por outro lado, com os Parâmetros Curriculares, elaborados pelo MEC, que consideram “meio ambiente” como um

tema transversal, a oficialidade/obrigatoriedade de abordá-lo foi instaurada, “gerando um movimento do qual emergem representações sociais diversas e conflitantes que precisam ser estudadas, já que as mesmas influenciam as práticas pedagógicas.” (REIGOTA, 2001)

A principal função da Educação Ambiental é a formação de cidadãos conscientes, preparados para a tomada de decisões e atuando na realidade socioambiental, com um comprometimento com a vida, o bem-estar de cada um e da sociedade, tanto em nível global como local.

Felizmente, a Educação Ambiental brasileira vai muito bem fora do contexto escolar (uma das melhores do mundo) (BARCELOS, 2002), devido principalmente ao seu surgimento nos/dos movimentos sociais. Porém, no cotidiano escolar a Educação Ambiental se resume a trabalhos ou projetos isolados, muito restritos às disciplinas Ciências, Geografia e Biologia. E, como afirma Barcelos, “é um desafio para aqueles e aquelas que estão preocupados com as questões ambientais” e que acreditam que a Educação tem um papel importante nesse processo: “tratar destas questões ambientais também no cotidiano da escola”. É buscar maneiras, metodologias que nos possibilitem incorporar em nosso fazer pedagógico cotidiano a discussão sobre questões ambientais, “questões da vida”. Temos assim a Educação Ambiental como uma contribuição pedagógica e filosófica para a Educação.

Por ser interdisciplinar e ocasionar a participação ativa, valorizando a ação pedagógica, além de ser um tema que, por tratar de problemas vivenciados pela comunidade pode gerar muita criatividade, a Educação Ambiental vem constituindo-se num processo de ensino-aprendizagem permanente e contínuo, não necessitando necessariamente ser formalizada em uma disciplina, pois a sua

interação com outras disciplinas fornece uma visão de consciência, em relação ao meio ambiente, auxiliando sobremaneira na formação da cidadania.

O trabalho com Educação Ambiental faz com que o aprendizado se torne dinâmico, além de procurar, na transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos vinculados à rotina e à realidade cotidiana dos envolvidos, de modo que se possa obter, como resultado, a geração de cidadãos mais participativos.

Com base nas diferentes definições de meio ambiente feita por cientistas, bem como nas diferentes formas como são apreendidos e internalizados pelas pessoas, baseado na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (1976), cito Reigota:

“uma representação social é o senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas”;

O autor nos apresenta o termo meio ambiente como sendo uma representação social e não um conceito científico, portanto sujeito às mais diversas interpretações. Daí, podemos entender as diversas práticas de Educação Ambiental.

Barcelos, (2002), em seu texto “Mentiras que parecem verdades: (re)pensando a Educação Ambiental no cotidiano da escola”, apresenta-nos uma realidade sobre a atuação dos (as) professores (as) em relação à Educação Ambiental na escola: as atividades realizadas em datas comemorativas, por professores (as) “especialistas” das áreas de Ciências, Biologia ou de Geografia; somente são feitas fora da sala de aula, ou seja, em parques, trilhas e zoológicos; o conteúdo de Educação Ambiental pode substituir outros conteúdos das disciplinas e, além disso, Educação Ambiental deve ser conscientização. Nesse texto, Barcelos

procura esclarecer por que tais questões, por ele colocadas como “mentiras”, estão presentes na escola e procura mostrar por que não são verdades. Em síntese, a Educação Ambiental, “tal como mandam os PCN’S Temas Transversais”, deve perpassar todas as disciplinas, buscando o envolvimento tanto “afetivo” como “efetivo” de todos os professores (as), de todas as disciplinas, sendo de caráter permanente, dinâmico.

“A educação ambiental, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem enfocar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado suas especificidades” (REIGOTA, 1994).

A Educação Ambiental é uma das dimensões da educação que se apresenta como uma educação crítica, comprometida com a justiça social e com a qualidade ambiental. “Preconiza o desenvolvimento de ações criativas em benefício do meio ambiente, que é entendido como um bem coletivo” (PRADO, 2004). Para Pelicioni, (2000) a Educação Ambiental, nos níveis formais e informais, deve procurar desempenhar o difícil papel de resgatar valores como o respeito à vida e à natureza, de forma a tornar a sociedade mais justa e “feliz”. Devendo, portanto, tornar-se uma filosofia de vida, “que se expressa como uma forma de intervenção em todos os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos e estéticos”. (PELICIONI, 2000).

Deve considerar prioritariamente as “relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os homens” (REIGOTA, 2001), dando importância ao componente reflexivo da Educação Ambiental, tanto quanto ao “ativo” ou ao “comportamental”, portanto passível de ser trabalhada em todos os espaços (não



somente em parques, trilhas, etc.) e em todos os conteúdos, ou seja, de forma interdisciplinar. Sai assim da visão meramente naturalista, que reduz suas atividades a um eventual contato com o meio natural. Barcelos e Noal (2000), tratando da temática ambiental e da educação “formal”, assim se posicionam:

“O grande desafio que está colocado a nós é justamente este: criar uma forma, uma maneira de intervenção, através da qual a temática ambiental esteja presente em todas as disciplinas. E que vá mais longe, seja parte integrante de nosso fazer pedagógico cotidiano, independente da área em que atuarmos, bem como do nível de ensino, seja ele 1º, 2º ou de 3º graus.”  
(id.)

Para enfrentarmos o desafio proposto por Barcelos e Noal devemos ter claro: que Educação Ambiental queremos? Uma Educação Ambiental que enfatize “a questão por que fazer, antes do que como fazer”. “Entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (REIGOTA, 1994). Essa educação política deve estar empenhada na formação do cidadão nacional, continental e planetário, baseando-se no diálogo de cultura e de conhecimento entre povos, gerações e gêneros. (PELICIONI, 2000).

## **2.3 - NARRATIVAS FICCIONAIS**

Em um curso realizado no teatro da TV Cultura em São Paulo, que fazia parte do programa Grandes Cursos Cultura, cujo tema foi “A construção do romance”, ministrado pelo escritor amazonense Milton Hatoun e também em um artigo de sua autoria lido e discutido na disciplina “Cotidiano e intervenção educativa”, o mesmo fala das impressões pessoais, do estilo, do momento em que estamos vivendo, enfim de nossas subjetividades que ficam inscritas em todos os textos que nos dispomos a escrever. Impressões essas identificadas em grandes escritores como Gabriel Garcia Marques, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, entre outros (as), usados como exemplos em diferentes formas de narrativa, como contos, novelas e romances.

Tanto a experiência da escrita na disciplina “Cotidiano e intervenção educativa”, como os conhecimentos adquiridos com o referido curso, têm influenciado minha escrita durante este trabalho, porém senti-me acometido de um desejo de relatar fatos e experiências “corporais” vivenciados ao longo dos anos, como professor e coordenador pedagógico. Como falar do corpo na escola, em especial sobre os corpos que vêm até nós, professores e professoras de Educação Física? Reigota (1999), ao trazer o termo narrativas ficcionais, nos diz que:

As narrativas (escrita, oral, visual, corporal) não são nem verdades, nem mentiras, mas uma forma criativa (depressiva, alegre, positiva, negativa, pessimista, otimista, nostálgica, saudosista, futurista, realista, surrealista, impressionista, fragmentada, barroca, minimalista, redundante, clássica, erudita, pop etc.) de organizar e comunicar situações vividas e imaginadas. (id.)

Justifica-se ainda que toda narrativa tem o seu componente ficcional, caracterizado “pela memória disponível sobre os eventos e as suas repercussões...” bem como a maneira como “os fatos são interpretados, recebidos, vivenciados e seqüenciados por cada pessoa”. Reigota nos incentiva a buscar possibilidades criativas da escrita. Vou aproveitar esse incentivo em uma dissertação...

As narrativas ficcionais buscam o relatar de fatos reais, vistos como ficção devido a sua constituição, onde personagens contribuem com detalhes “da sua cultura, sentimentos, estilo de vida, opções estéticas, profissionais, sexuais, etc.”, para a criação de outros personagens que possam expressar conflitos, sentimentos, enfim, temas que surgem no cotidiano das complexas relações humanas que vivemos, sem, no entanto, perder de vista a responsabilidade ética de revelar ou expor pessoas ao público.

Tal fato me encorajou a falar do corpo na escola, a partir de duas pequenas narrativas, com o objetivo de usá-las para uma discussão sobre as possibilidades de

trato do corpo pela Educação Física, que resulte em uma prática de Educação Ambiental.

Relatarei em pouco sobre o Zezinho e o Flávio, meninos que cursaram a quinta série do ensino fundamental de uma escola pública do interior do Estado de São Paulo. O primeiro, Zezinho, passou por um longo percurso nos dois primeiros ciclos (1ª a 4ª série), mas conseguiu, finalmente, chegar à 5ª série. Com 13 anos, Zezinho já foi reprovado por algumas vezes desde que entrou na escola, numa pequena escola no interior de Pernambuco. O primeiro ano foi reprovado porque ficou muito tempo sem freqüentar a escola, pois acabara de se mudar com a família. O segundo, porque não conseguia acompanhar a classe, pois todos os demais alunos e alunas haviam passado pela pré-escola e o mesmo fora direto para o ensino fundamental. Franzino, cabelo curtinho, olhar comprido, sempre olhando por cima, Zezinho aparenta bem menos que 13 anos e, no meio dos demais em sua sala, até parece que não está em defasagem (na escola). Sempre prestativo, é muito solicitado quando tem que carregar ou descarregar alguma coisa na escola, os inspetores e inspetoras de alunos sempre o chamam e ele atende prontamente, desde que não seja na "hora do jogo". Chega à escola sempre correndo, pois vive perdendo a hora de acordar pela manhã, diz que foi dormir tarde, esteve ajudando os pais no serviço de casa, mas com os "deveres de casa" - quase sempre por fazer - a desculpa é a mesma: "Não tive tempo e ninguém para me ajudar". Quando o sinal toca, anunciando a hora do recreio, ele é o primeiro a se postar em frente ao balcão da cozinha esperando a merenda, não se sabe como consegue sair na frente de todos e todas e descer tão rápido as escadas, mas está ali com o umbigo encostado no balcão perguntando: "O que tem pra comer hoje?" Come com a mesma velocidade com que chega, e às vezes a inspetora de alunos briga com ele:

“Come devagar, menino, vai se afogar”. A razão de tanta pressa é o “jogo” de futebol de salão, que o aguarda na quadra. Os meninos e às vezes as meninas que não comem a merenda da escola e trazem lanche estão sempre antes, na quadra, separando as equipes. Poderia comer à vontade, pois seu lugar está sempre reservado, é o melhor da escola, joga uma bola com uma habilidade que mataria de inveja qualquer craque, que dizer dos demais alunos que lutam para conseguir uma vaga no time. Como cada equipe que toma dois gols cede lugar a outra, a dele constantemente continua jogando, até bater o sinal de volta às salas. Muitas vezes, a inspetora vem até a quadra, para fazê-lo voltar às salas. Na sala, não consegue se manter sentado, vive se levantando, seja para perguntar algo para alguém do outro lado, (da sala) ou mesmo para pedir algo emprestado de um colega. Sempre pede pra ir ao banheiro e aproveita para dar uma “passeadinha”, até que os inspetores o mandem de volta à sala. É constantemente chamado à atenção pelos professores e professoras: “ele é muito devagar, não acompanha o raciocínio dos outros”. Quando um professor apaga a lousa sem ter terminado de copiar, ele esbraveja, diz que tem o mesmo direito de copiar e isso já lhe causou algumas visitas à diretoria. Em uma dessas visitas, sua mãe foi chamada e informada dos atrasos, da falta de “interesse”, da lentidão e de suas reclamações. Ela respondeu que não sabia mais o que fazer com ele: “Vai ver é burrinho mesmo, igual a nós lá de casa”. Certa vez foi levado à diretoria pelo inspetor bravo, pois estava de “paparicos” com uma menina nos fundos da quadra; sorte dele que o professor de Educação Física apareceu na hora e o defendeu. Com este o Zezinho se dá bem.

É sempre o primeiro a chegar a suas aulas, é titular em qualquer esporte, foi até convidado a integrar a equipe de treinamento de futebol de salão que representará a escola na competição interescolar. Infelizmente, os treinos são em

horário inverso ao de suas aulas, ou seja, ele estuda de manhã e os treinos são à tarde, e ele tem que trabalhar; mas sabe que irá competir do mesmo jeito, pois, no futebol de salão, ele é o mais habilidoso e, segundo o professor, o “artilheiro da equipe”. No final da tarde, é comum ver o Zezinho junto com outros garotos, em um “campinho”, jogando uma pelada que vai até escurecer, ou as mães virem buscá-los “bravas”.

O Flávio nasceu no bairro próximo à escola, de uma família tradicional da região que, embora não seja rica possui razoável condição financeira. É um garoto de 11 anos na quinta série, bastante robusto, aparenta um pouco mais, especialmente pelo tamanho. Gordinho, sempre foi motivo de gozação, especialmente nas aulas de Educação Física. Flávio freqüentou a pré-escola no mesmo bairro onde mora e, desde que entrou no ensino fundamental, nunca foi reprovado. É o melhor aluno de Matemática. É conhecido na escola como o “gordinho”, o fracote, o desajeitado. Chega sempre no horário e faz todas as lições de casa. Sempre quis entrar para a equipe de treinamento da escola, tentou em todas as modalidades, mas não conseguiu. É conhecido como o inteligente da turma, o comportado, porém sempre fica revoltado quando chamam algum aluno para ajudar em alguma atividade. Nas apresentações de teatro, dança e outras atividades práticas, é sempre deixado de lado. Quando bate o sinal do intervalo, vai direto para a quadra, onde, além de comer seu lanche, sempre organiza as equipes para não ficar de fora. Também foi chamado à atenção por ter ajudado o Zezinho a fazer as lições de casa, em troca de poder jogar futebol de salão na sua equipe e levá-lo a jogar videogame em sua casa.

Usando da narrativa ficcional (Reigota, 1999), quis mostrar dois casos para exemplificar o que acontece dentro dos muros escolares. A escola que freqüentam o

Zezinho e o Flávio é igual a todas, toda cercada de muros, com um portão de entrada dos alunos, onde ficam os inspetores e inspetoras na hora da entrada e da saída, e um portão maior do outro lado, onde entram os professores e funcionários; esta entrada dá acesso ao estacionamento.

Possui um pátio onde é servida a merenda, pois fica de frente para a cozinha. Logo na entrada do prédio ficam a diretoria e a secretaria, no início do corredor das salas de aulas e, ao lado das salas, fica a sala dos inspetores. E todas as escolas parecem ter a mesma estrutura física, para a manutenção da ordem individual e coletiva, reflexo de uma sociedade que prega que a única maneira de ascender-se socialmente é através da escola. Nas escolas cuja obsessão é a disciplina, a autoridade e hierarquia ficam expostas na estrutura física: ao entrar no prédio, primeiro vêm a sala da diretoria, a secretaria, a sala dos inspetores e inspetoras e, somente agora, as salas de aula, ou seja, os alunos e alunas são obrigados a saber quem os está controlando e a quem obedecerem. Se infringirem alguma regra serão submetidos às autoridades superiores. Ainda na estrutura física, o aluno é considerado como um grupo, ou seja, as diferenças são ignoradas, por exemplo: as cadeiras e carteiras são todas iguais, enquanto o magrinho senta-se tranqüilamente, o gordinho deve se espremer nas cadeiras e carteiras e, quanto aos sinistros (as) devem muitas vezes se virar para escrever com a mão esquerda, em uma carteira para destros (as), o que pode causar mais tarde um desvio na postura física da criança.

Os horários de entrada e saída são diferentes para os menores e maiores, os alunos e alunas da 1ª a 4ª séries entram antes e saem um pouco depois. Os intervalos para o recreio também são diferentes, a fim de se ter um maior controle sobre os alunos por parte dos inspetores, que parecem ter adotado o Vigiar e Punir

de Michel Foucault, pois mantêm uma guarda constante sobre meninos e meninas, às vezes até entrando no meio de rodinhas de meninos e meninas, quem sabe para descobrir se não há um “motim”.

Enquanto alguns membros da comunidade escolar somente valorizam o desempenho em trabalhos manuais, outros somente valorizam os trabalhos intelectuais, o que gera revolta nos alunos e alunas que estão descobrindo suas potencialidades e estão na escola para serem estimulados em suas capacidades e vêm o contrário: estímulo às capacidades que já são desenvolvidas e menosprezo pelas deficiências. Na escola de hoje, temos o que se viu acontecer no século passado: apesar do discurso de se valorizar as habilidades e respeitar vontades e conhecimentos prévios dos alunos e alunas o que se vê é um conteúdo pré-estabelecido, às vezes como conteúdo mínimo, que se deve “trabalhar” com a classe em determinada série. Promove-se uma universalização do ensino, tratando os diferentes, não somente fisicamente, mas culturalmente, com os mesmos critérios. Tal universalização e separação por classes, séries, categorias, etc. também se faz com os conteúdos, ainda se ouve com certo rancor “esse conteúdo é de Matemática, de Ciências, de Biologia, etc”, apesar do discurso da interdisciplinaridade, transversalidade, etc., mesmo com a “obrigação” dos temas transversais. Os alunos e alunas devem aprender e se comportar como ditam os seus superiores (professores, inspetores, diretores, etc), ou seja, adestrados para a vida, preparados para o trabalho, para fazer a vontade alheia sem saber o porquê.

Fazer a vontade alheia na escola, faz-se presente em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil (que se brinca o que o professor (a) quer brincar) até a pós-graduação. Aprende-se o que querem que se aprenda, da maneira que querem, quando querem, sem saber por que se está aprendendo isto, desta



maneira. Sujeita-se a enquadrar-se em determinada linha filosófica do professor ou da instituição e sua produção deve ser de acordo, se não quiser ser “reprovado”.

Se o discurso é que a escola deve preparar para a vida (subentende-se capitalista, individualista, consumista), o que pensar das escolas do campo, escolas que não estão situadas nas cidades, nas periferias das cidades ou próximas de zonas industriais, escolas que atendem crianças do meio rural, que trabalham com a terra e os animais, cujas únicas máquinas que operam são a enxada e o laço? Crianças que levam uma vida mais livre, que brincam do que querem, como e onde querem, que são levadas pela liberdade e não suportam ficarem sentadas da mesma maneira durante cinco horas diárias, ao contrário daquelas que ficam o seu “tempo livre” sentadas em frente de um computador ou de um videogame. Creio que a escola poderia ser o mediador do conhecimento dessas crianças, levando aquelas que não conhecem o computador a conhecerem-no e, ao mesmo tempo, ensinando aquelas que não sabem o que é brincar, a brincar com prazer e liberdade. Enfim, motivá-las a ir à escola, e não convence-las de que desejam, por elas mesmas, ir para onde o professor decidiu que vão. Por isso é que a escola é encarada, infelizmente, como lugar de trabalho.

A escola deveria ser lugar do prazer, do brincar, do ser feliz e não o lugar do trabalho, com horário para entrar, sair, com pausas para descanso definidas e vigiadas, mantendo o tempo todo os alunos (as) ocupados (as). Na escola, o objetivo deveria permitir que os alunos (as) dispusessem eles mesmos de seu tempo e capacidade, em lugar de serem comandados. Até os horários de intervalo (recreio) em que se tinha um pouco mais de liberdade passaram a ter, em algumas escolas, o controle direto das ações dos alunos e alunas, com o “recreio dirigido”, onde

professores e inspetores monitoravam as atividades dos alunos e alunas durante o horário de “descanso”.

Se determinado aluno é bastante rápido em atividades intelectuais, é bastante elogiado e, se o mesmo é lento nas atividades manuais, passa a ser criticado ou mesmo excluído dessas atividades; o mesmo acontece com o inverso, porém aquele que não é tão rápido nas atividades ditas intelectuais possui aula de reforço (Português, Matemática, etc) e aquele que não é tão bom nas atividades manuais não possui aula de reforço. Exemplo: os mais habilidosos (as) são convidados (as) a integrarem as equipes de treinamento da disciplina Educação Física; ficam, portanto, além do horário normal de aula e participam de competições fora da escola, enquanto que aqueles que não têm tanta habilidade nunca têm essa oportunidade, não têm o reforço para melhorar, e são esses sim que necessitam de mais aulas práticas, de reforço em Educação Física.

De acordo com Daólio, um grande erro das escolas é que, até hoje, ainda se separam trabalhos manuais de intelectuais. O aluno (a) é visto (a) de forma fragmentada, suas dimensões física, psicológica, social e humana não são consideradas como um todo indissociável. No entanto, o ser humano deve ser visto de forma mais dinâmica e dotado de individualidade, inserido num contexto sociocultural igualmente dinâmico e eminentemente simbólico.

Na escola, aquele (a) que não se enquadra no perfil estabelecido ou que briga pela igualdade de direitos passa a ser malvisto, encarado como o estranho, aquele que não respeita as regras. Regras estas que devem ser respeitadas e levadas para fora da escola, para o seu dia-a-dia. Criadas e impostas sem a sua participação, por uma sociedade que valoriza o material, o impessoal, em detrimento dos valores humanos e da diversidade. Nas escolas, como nas empresas, as crianças e suas

famílias estão sendo convidadas a passarem suas horas de lazer sob seu domínio, através dos programas amigos da escola, família na escola. Com certeza é mais fácil utilizar as estruturas das escolas, sob o pretexto da integração, do que construir áreas de lazer, parques, para satisfazer o direito ao lazer de todo o cidadão.

Nos objetivos do ensino fundamental temos que “os alunos consigam ser capazes de conhecer o próprio corpo”; mas, nos conteúdos, têm-se somente os aspectos biológicos, não se levando em consideração os aspectos culturais, sociais, etc.

Porque nos casos citados, ambos são discriminados, um por ser gordinho, e outro por ser mais lento numa atividade que exige mais o intelecto. Será que, num drible desconcertante para se livrar de uma situação inesperada no jogo de futebol, não usou de todo o seu intelecto para, em questão de segundos, imaginar e executar o drible? Será que, numa atividade de expressão corporal, o gordinho não pode se expressar à sua maneira numa determinada atividade, não pode dançar à sua maneira, a maneira que aprendeu ao longo de sua vida? A escola vem buscando constantemente a criação de um corpo ideal, para satisfazer todas as atividades que ela impõe aos seus alunos e alunas: que eles sejam capazes de realizar sem contestar e sem ao menos saber para que servem aquelas atividades, que encarem a escola como realmente um trabalho a ser executado. Preparando indivíduos dóceis, que respeitem as regras e aceitem que sempre vai existir alguém para mandar e outros para obedecer. Quem vai mandar e quem vai obedecer a lei da natureza vai escolher, e se você não foi capaz de ser “quem manda”, é somente porque você não foi capaz de conseguir, com suas próprias forças, imitar aquilo que seu chefe é.

## CONCLUSÕES

Hoje me sinto mais forte  
Mais feliz quem sabe  
Só levo a certeza  
De que muito pouco eu sei  
Eu nada sei

(Tocando em frente)  
(Almir Sater/ Renato Teixeira)

A visão de meio ambiente enquanto meio natural, como já citado, nos é posta pelos meios oficiais, como os parâmetros, sugerindo atividades que levem os (as) educandos (as) a refletirem as influências no seu corpo. E isso se reforça a partir do momento em que analisamos as demais propostas de conteúdos, onde os conhecimentos sobre o corpo são apresentados como mais um grupo de conteúdos, porém as abordagens que são propostas sobre o corpo enfatizam somente o aspecto biológico, buscando conhecimentos de anatomia, fisiologia, bioquímica, etc, não abordando aspectos sociais, culturais, que agem nos corpos. Se o que prevalece nas práticas de Educação Física escolar é a característica técnico-esportista (KUNZ, 2001), o principal conteúdo é o esporte normatizado e competitivo, interessando primordialmente o desenvolvimento do corpo biológico, com uma visão de meio ambiente enquanto meio natural, as práticas de Educação Ambiental se resumirão a atividades ao ar livre, como mais um espaço para se exercitar as capacidades físicas dos (as) alunos (as), ou mesmo para a prática do lazer.

A Educação Física, cuja classificação é de uma atividade extremamente prática, pode ser extremamente intelectual ao levar os alunos e alunas a refletirem sobre seu corpo e sua interação com a sociedade, não os vendo somente nos aspectos motor, cognitivo ou afetivo social, e sim como um todo, capaz de desenvolver suas habilidades de muitas maneiras, não somente em atividades esportivas. Aquela aula que poderia ser a integração de todos acaba sendo o espaço onde mais uma vez se universaliza, excluindo automaticamente aqueles (as) que não se encaixam no perfil preestabelecido pela sociedade.

O que se tem visto atualmente nas escolas é uma valorização de determinadas disciplinas que possuem seus conteúdos construídos historicamente, mantendo um caráter fechado, em vez de se buscar a tão falada

interdisciplinaridade, o que faz com que a comunidade escolar determine a quem ou qual disciplina compete trabalhar certos temas, assuntos, conteúdos. No caso da Educação Ambiental, seus temas (quase sempre agregados às questões de ordem biológica, naturalista, como a despoluição de determinado rio, a preservação de tal mata) são delegados a disciplinas como Ciências, Biologia, Geografia, isto devido às representações que se têm de meio ambiente. No caso de professores (as) de outras áreas como a Educação Física, se se propuser a abordar assuntos sobre a questão ambiental, deve se justificar devido à resistência em relação ao seu objeto de conhecimento. Resistência esta que se manifesta nas representações que os (as) próprios (as) profissionais de Educação Física têm em relação aos seus conteúdos e métodos utilizados. O reflexo das opções de conteúdos por parte da Educação Física escolar está refletido nas produções acadêmicas, onde a prática esportiva prevalece. É comum vermos nas mãos de profissionais de Educação Física que atuam em escolas de ensino fundamental, livros de atualização de regras de determinados esportes, que sempre prevalecem naquela modalidade em que o (a) profissional possui mais afinidade. A justificativa para tal abordagem, quanto aos conteúdos, valorizando os desportos, e a predominância do caráter biológico da visão do corpo é entendida se analisarmos, por exemplo, o processo de implantação dos estudos de pós-graduação em Educação Física no Brasil, que, na década de 70, incentivou a capacitação de profissionais nos Estados Unidos; ao mesmo tempo, vieram professores do mesmo País para ministrar cursos no Brasil. Nessa época, foram instalados laboratórios de fisiologia do esforço, importando equipamentos, matéria-prima para pesquisa, criando uma dependência de instituições norte americanas. Foram “importadas máquinas de musculação e aparelhos de cicloergometria” (SILVA, 1997), bem como incentivado-a a publicação de artigos em

revistas, com ênfase no caráter mecânico e anátomo-fisiológico da atividade física e de métodos de treinamento. Nesse período (70), a Educação Física esteve marcada pelos conceitos de rendimento, de eficiência e eficácia, além de uma visão estritamente biológica.

Ainda hoje o entendimento que se tem de corpo é somente de um corpo biológico que, se munido de habilidades, poderá usufruir de todas as possibilidades oferecidas pela sociedade, e assim ter uma melhor qualidade de vida, especialmente agregada à prática de esportes. O que não se leva em consideração é a realidade social e cultural das atividades.

Para que se compreenda de maneira crítica a realidade que nos cerca, é necessário muito mais que saberes biológicos: não somente habilidades, mas também conhecimentos sobre os aspectos que compõem o corpo humano e a necessidade de vê-lo como um conjunto indissociável, para então compreender a realidade, não de forma fragmentada, e sim em sua totalidade.

A Educação Ambiental, assim como a Educação Física, tem sua prática influenciada pelas representações que se tem de meio ambiente e de corpo ou movimento humano; ambas são passíveis de diferentes interpretações, que nem sempre são entendidas pelos demais membros da comunidade escolar. Se as atividades de Educação Ambiental forem realizadas em uma sala “normal” e não em um laboratório ou parque, bem como se a aula de Educação Física não for na quadra de esportes, é certo que o (a) profissional terá de se preparar para um possível questionamento: está fazendo Educação Ambiental ou Educação Física, ou ambas? Isso somente para citar o espaço físico. Quanto aos conteúdos lembro-me de que um professor reclamou ter sido criticado, quando incluiu no projeto de Educação Ambiental da escola em que leciona, que pretendia realizar com os alunos

um resgate das histórias que seus pais ouviam. Ouviu, segundo o professor, um coro: “Isso não é Educação Ambiental e isso não é conteúdo da Educação Física”.

Se nas práticas de Educação Ambiental ainda se valoriza uma educação naturalista, e na Educação Física, o biológico, somente uma mudança na visão que se tem sobre o ser humano poderá superar essa práxis. Devemos ter argumentos para defender nossa prática como sendo essenciais na construção de uma sociedade.

A valorização de determinadas disciplinas no contexto escolar se deve ao conceito que se tem sobre a atuação dessa disciplina, conceito esse construído historicamente, portanto parte de uma cultura escolar, interna aos membros de determinada comunidade. Cabe ao professor (a) de Educação Física mostrar que não podemos ver o homem (ser humano) não como um ser biológico, e sim como um ser social e cultural, que se relaciona com outros seres e com o meio natural. Que não somos um corpo isolado, mas sim um corpo que produz e reproduz cultura.

Devemos entender que “a crise ecológica também é uma crise dos valores humanos, da ética em todas as dimensões, e que traz à tona novos pensamentos, novos conflitos, novas possibilidades, novas soluções e novos comportamentos” (AZEVEDO, 2001), devemos levar o aluno e a aluna a refletirem sobre essas crises e sobre os comportamentos, partindo de suas significações entender onde se manifestam, seja na música, na pintura, na literatura, etc.

Entendendo que a Educação Ambiental só “se justifica, se ela colabora na busca e construção de alternativas sociais, baseadas em princípios ecológicos, éticos e de justiça” (REIGOTA, 2001) e que a Educação Física deve considerar o ser humano como uma totalidade indissociável formada pelos aspectos físicos, psicológicos e sociais, as aulas dessa disciplina podem e devem ser o espaço para a



discussão e busca de soluções para os conflitos sócio-ambientais presentes na nossa sociedade, havendo assim, justificativas de sobra para a prática na instituição escolar. E a Educação Ambiental tem na Educação Física uma aliada para que, a partir das práticas corporais, se entenda a necessidade da discussão e busca de alternativas para os problemas emergentes no meio social. Enfim, ambas têm muito a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, “superando as visões distorcidas, ingênuas, reducionistas das novas (e velhas) gerações” (AZEVEDO, 2001).

Devemos estar abertos a novas descobertas e olhar com novos olhares para os assuntos que emergem no cotidiano escolar. Essa mudança de olhar para a Educação Física e para a Educação Ambiental foi a busca de todo este trabalho.

Chegando ao “problema” de pesquisa, minha angústia foi grande ao me questionar o porquê da Educação Física escolar não abordar questões ambientais no seu cotidiano, ao me questionar que tipo de Educação Física escolar estamos buscando, que tipo de Educação Ambiental está sendo pensada e reproduzida nas escolas e no espaço acadêmico e, finalmente, refletir como a Educação Física escolar pode contar com a Educação Ambiental, na busca de uma educação que preze a construção da cidadania nacional e planetária, baseada em princípios como a igualdade, a solidariedade, a fraternidade e a ética nas relações.

Quando analisei as produções da Educação Física que faziam menção à questão ambiental, procurei dar ênfase aos trabalhos onde o ser humano é visto não somente como um ser biológico e sim como um ser capacitado de cultura, de filosofias, de vidas..., Não quero propor modelos a serem seguidos e sim mostrar exemplos de pessoas e trabalhos que prezam por considerar o ser humano em sua individualidade e diversidade, abordando a Educação Ambiental, a Educação Física,

o lazer e o esporte em uma dimensão mais ampla, a fim de que a qualidade de vida seja algo além de possuir bens materiais. Abordam tais exemplos os trabalhos de Paulo Magnólio, não somente os aspectos teóricos e práticos, mas também os aspectos reflexivos de todas as ações.

Em outros trabalhos (também importantes dentro da área da Educação Física, por estarem abordando assuntos da atualidade, questões que estão presentes no cotidiano de todas as pessoas, em todos os espaços e ambientes), as representações de meio ambiente e natureza, que determinam práticas de Educação Ambiental, são de um meio natural, propenso às ações humanas, às influências do ser humano enquanto ser biológico, que está fora da natureza, que é algo sagrado a ser alcançado, admirado pelo próprio ser humano. Nesses casos, a Educação Física proporciona, através de práticas de atividades que visam ocupar o tempo livre, um modelo de lazer diferenciado, pois obtém um retorno à natureza, às origens. Do mesmo modo, os ditos esportes de aventura, ou seja, esportes realizados diretamente no meio natural surgem como uma proposta de lazer, de retorno e de superação pelo “homem” dos obstáculos que a natureza oferece. Seja escalando uma montanha ou rocha, seja enfrentando as corredeiras no bote inflável, seja se embrenhando nas matas com uma bússola, explorando cavernas ou dominando os ares com diferentes formas de voar, procura-se demonstrar o enfrentamento do desconhecido, a superação do medo, das forças da natureza. Esportes esses que surgiram nos meios rurais e que, uma vez urbanizados, se tornaram privilégios de poucos grupos, geralmente os mais favorecidos economicamente, e que já resultaram em graves acidentes pela sua prática sem os devidos equipamentos de segurança.

Nos referidos trabalhos, a Educação Física se mantém na perspectiva de reprodução de uma ideologia dominante, reproduzindo uma realidade social onde poucos podem muito e muitos observam. A prática desses esportes na escola é algo para ser estudado. Pode, a prática, contribuir em alguns aspectos, como a cooperação, o respeito ao meio natural, e também se refletir em questões sociais e culturais. Nessas práticas, a Educação Ambiental se remete apenas à contemplação de atividades em trilhas, parques, laboratórios, etc., deixando de lado as questões sociais e culturais de suas ações.

Historicamente os esportes sistematizados tomaram representatividade na Educação Física escolar, devido ao grande objetivo de tornar o Brasil uma potência olímpica, motivada pelas conquistas do futebol (CASTELLANI FILHO, 1988) e concebido nos padrões militaristas do rendimento, da performance. Isso deu à Educação Física a responsabilidade de difundir a exclusão de muitos alunos e alunas das práticas dos esportes sistematizados, devido à falta de habilidades para o futebol, futebol de salão, basquete, handebol, voleibol ou atletismo. Modalidades escolhidas pela grande maioria para serem desenvolvidas nas aulas de Educação Física nas escolas, enquanto que outras, igualmente importantes e presentes no cotidiano dos educandos, foram deixadas de lado, assim como as brincadeiras tradicionais, riquíssimas culturalmente (RIBEIRO, 2001). Os esportes são tão importantes nas aulas de Educação Física escolar quanto os conhecimentos sobre o corpo, as danças, etc., porém o que se deve levar em consideração são as possibilidades de sua prática enquanto conteúdo, sua metodologia de ensino, suas influências em uma sociedade extremamente consumista. Portanto, a prática esportiva no meio natural pode ser uma grande atividade da Educação Física escolar, desde que esteja ligada a um objetivo maior, cujas atividades transcendam

os lugares naturais e levem em consideração os diversos ambientes do cotidiano dos alunos e alunas e do professor (a), e suas possibilidades de práticas fora do contexto escolar.

A partir do momento em que definirmos qual tipo de Educação Física queremos, quais objetivos devemos calcar, desconstruindo as representações de ser humano enraizadas por anos de práticas voltadas a interesses vários, sem serem os da educação enquanto emancipação política, poderemos reconstruir representações de corpo, e buscarmos uma escola que atenda aos interesses não de uma sociedade consumista, desigual, injusta, e sim de uma sociedade que preze a igualdade de direitos, respeito à diversidade, à ética. Para tanto, a Educação Física deve estar presente nas discussões de propostas político-educacionais de tendência crítica da educação brasileira, buscando cada vez mais humanizar suas práticas escolares, trocando conhecimentos, informações e experiências, “com a finalidade de analisar, avaliar e propor recombinações construtivas” (CARVALHO; RUBIO, 2001) com outras áreas das ciências humanas. Um ponto a destacar é a grande busca de profissionais de Educação Física pelo Mestrado em Educação na Universidade de Sorocaba – UNISO, o que pode ser o reflexo positivo dessa proposta de humanização da área.

Em tal perspectiva, a Educação Ambiental traz uma contribuição filosófica à educação e à Educação Física, visto que busca a reflexão antes da ação quanto aos problemas ambientais, problemas da vida. A Educação Ambiental, enquanto educação política, vendo o meio ambiente além de um mero sinônimo de meio natural, pode contribuir para o repensar, a partir das práticas corporais, de uma nova ética, sensibilizadora e transformadora das relações ser humano/sociedade/

natureza, privilegiando o alcance de uma melhor qualidade, não de uma vida, e sim da vida de todos os seres deste planeta.

O caráter transdisciplinar da Educação Física e da Educação Ambiental, ao mesmo tempo em que expõe sua prática às diversas representações dos seus atores gerando interpretações diversas, pode construir pontes entre a objetividade e a subjetividade, entre a ciência e a consciência, entre a efetividade e a afetividade na compreensão do ser que aprende, e no significado dessa aprendizagem para sua humanização. Mesmo no paradigma disciplinar em que a Educação Física está inserida, a mesma pode transcender, no momento em que considera o corpo em todos os seus aspectos, como ser único e ao mesmo tempo múltiplo, aceitando o corpo como algo vivido, aceitando todas as experiências que são manifestadas como sentimentos, sofrimento, alegria, tristeza... Buscar entender, interpretar o mundo a partir da corporeidade, relacionando as questões ambientais ao corpo presente, vivo, ativo...

## REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Bases do Desenvolvimento Sustentável. Coletânea de Textos.** Macapá: Governo do Estado do Amapá, 1999.

ANDRADE, Mário. **O Turista Aprendiz.** São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da cultura, ciência e tecnologia, 1976. Apresentação de Tlé Porto Ancona Lopes

AZEVEDO, G. Chagas de. **Uso de jornais e revistas na perspectiva da representação social de meio ambiente em sala de aula.** In: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro:DP&A, 2001. 2ª ed. 152p.

BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. **Educação física escolar: as representações sociais**. Rio de Janeiro: Shape, 2001

BARCELOS, Valdo Hermes de Lima; NOAL, Fernando Oliveira. **A temática ambiental e a educação: uma aproximação necessária**. In: NOAL, Fernando Oliveira; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Org). **Tendências da educação ambiental brasileira**. 2ª edição. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p.99-114.

BARCELOS, Valdo. **Mentiras que parecem verdades: repensando a educação ambiental no cotidiano da escola**. In: I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XIV Semana Alto Uruguai de Meio Ambiente. 09 a 12 de setembro de 2002. Erechim: EdiFAPES, 2002.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

\_\_\_\_\_ **Educação Física e Ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.

BRASIL. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial** 1981; Brasília (DF). P.16509.

BRASIL. Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial** 1999; Brasília (DF).

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**, 3ª ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

CARONE, Modesto. Resumo de Ana. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, Marta Maria C. de. **A configuração da historiografia educacional brasileira**. In: FREITAS, Marcos César de. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CARVALHO, Fernando L. S. F. **Alunos na trilha (rumo à cidadania)**. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (13.: 2003: Caxambu). Anais (recurso eletrônico). Campinas: CBCE, 2003.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: A história que não se conta.** Campinas, SP: Papyrus, 1988. (Coleção Corpo e Motricidade)

CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. –(XII: 2001: Caxambu – MG). **Anais do XII CONBRACE Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.** Caxambu, MG: DN CBCE: Secretaria Estadual de Minas Gerais, Secretaria Estadual de São Paulo, 2001.

CHAO, Cheng Hsin Nery. **Concepções de corpo e seu contato com a natureza.** In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Coletâneas do I Congresso Científico latino Americano da FIEP-UNIMEP.** Piracicaba, Editora da UNIMEP, 2000

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

CORREA, Sandra C. França; BARBOSA, Gilberto M.; FRANÇA, Tereza L. **O prazer e o aprender junto à natureza: uma inter-relação sócio pedagógica em práticas de lazer no horto de Dois Irmãos.** In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (13.: 2003: Caxambu). Anais (recurso eletrônico). Campinas: CBCE, 2003.

COSTA, Lamartine pereira. **As ecologias da educação física e do esporte no futuro.** In: MOREIRA, Wagner (org.). **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI.** Campinas, SP: Papyrus, 1992. Coleção Corpo e Motricidade.

COSTA, Vera Lucia de Menezes. **Esportes de aventura e risco na montanha: uma trajetória de jogo com limites e incertezas.** In: MOREIRA, Wagner Way e SIMÕES, Regina (orgs.) **Fenômeno esportivo e o terceiro milênio.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 2000.

COSTA, Taise Soares da; FARIAS, Sidney Ferreira. **Prática esportiva e meio ambiente.** In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (13.: 2003: Caxambu). Anais (recurso eletrônico). Campinas: CBCE, 2003.

DAÓLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo.** Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção corpo e motricidade).

\_\_\_\_\_ **A ordem e a (des)ordem a educação física brasileira.** In Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas:Autores Associados, v. 25,

DOMINGUES, Soraya Correa; ROSSO, Silvana; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Ecoesporte: indicações curriculares para a formação de professores.** In: CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. –(12: 2001: Caxambu ). **Anais (recurso eletrônico) do XII CONBRACE Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.** Caxambu, MG: DN CBCE: Secretaria Estadual de Minas Gerais, Secretaria Estadual de São Paulo, 2001.

ENQUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

**FERREIRA, Nilda Tevês.** Qualidade de vida, meio ambiente e esporte: focos de complexidade. in: **MOREIRA, Wagner Wey, SIMÕES, Regina (org.).** Esporte como fator de qualidade de vida. **Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002. 378p.**

**FOUCAULT, Michel.** Vigiar e punir: nascimento da prisão. **14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.**

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física.** São Paulo: Scipione, 1989

\_\_\_\_\_. Rumo ao universo... do corpo. In: Fundamentos Pedagógicos da Educação Física 2. Papyrus.

GEBARA, Ademir. **Educação física e esportes no Brasil: perspectivas (na história) para o século XXI.** In: MOREIRA, Wagner (org.). **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI.** Campinas, SP: Papyrus, 1992. Coleção Corpo e Motricidade.

GENTILI, Pablo; ALENCAR Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GONÇALVES, Helena C. B. **Atividade física e a natureza: analisando o homem e seu retorno à este meio.** In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (13.: 2003: Caxambu). Anais (recurso eletrônico). Campinas: CBCE, 2003.

GONÇALVES, Maria <sup>a</sup> Salin. Sentir, pensar, agir: Corporeidade e educação. Campinas/SP: Papyrus, 2ª edição, 1997.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** 6ª ed. Campinas,sp: Papyrus, 1997



HUBERMAN, Michael. **O ciclo de vida profissional dos professores**. In: NÓVOA, Antonio (org.). **Vidas de professores**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HATOUN, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

KUNZ, Elenor. **Educação física: ensino e mudanças**. 2ª ed. Ijuí: editora UNIJUÍ, 2001.

\_\_\_\_\_ **Transformação didático-pedagógico do esporte**. 3 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

MAGNÓLIO, Paulo R. S. de Oliveira. **Educologia, a educação ambiental ativa**. Guararema, SP: J. Pádua Gráficos Ltda, 2003.

MARINHO, Alcyane. **A educação ao ar livre e o aprendizado seqüencial: possibilidades de vivências na natureza**. In: In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (13.: 2003: Caxambu). Anais (recurso eletrônico). Campinas: CBCE, 2003.

MASSARI, Maurício. **A cultura do corpo em sociedades capitalistas**. 2004. Dissertação de Mestrado em Educação. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2004.

MEDINA, João Paulo S.. **A educação Física cuida do corpo...e “mente”**. 11ª ed., Campinas, SP: Papyrus, 1983.

MORAIS, J. F. Regis de. **Consciência corporal e dimensionamento do futuro**. In: MOREIRA, Wagner (org.). **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 1992. Coleção Corpo e Motricidade.

MOREIRA, Wagner. **Por uma concepção sistêmica na pedagogia do movimento**. In: MOREIRA, Wagner (org.). **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 1992. Coleção Corpo e Motricidade.

MOREIRA, Wagner. (org.) **Corpo Presente**. Campinas: Papyrus, 1995.

MOREIRA, Wagner Way; SIMÕES. Regina (org.) **Fenômeno esportivo e o terceiro milênio**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2000

MOREIRA, Wagner Wey. **Qualidade de vida: como enfrentar esse desafio?** In: MOREIRA, Wagner Wey.(org.) **Qualidade de vida: complexidade e educação.** Campinas, SP: Papirus, 2001

MOREIRA, Wagner Way; SIMÕES. Regina (org.) **Esporte como fator de qualidade de vida.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 2002

MOULIN, Nilson (org.). **Amapá: um norte para o Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOULIN, Nilson; JUCÁ, Luiza. (orgs.) **Parindo um mundo novo: Janete Capiberibe e as parteiras do Amapá.** São Paulo: Cortez, 2002.

NEVES, Luis Felipe Baeta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural.** Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1978.

NÓVOA, Antonio (org.) **Os professores e sua formação.** 2ª ed. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1995.

\_\_\_\_\_. **Vidas de professores.** Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

ORLICK, Terry. **Vencendo a Competição.** São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

PELICIONI, M. C. F. **Educação em saúde e educação ambiental estratégias de construção da escola promotora da saúde.** 2000. Tese de Livre Docência. Especialidade: promoção da saúde. PUC, São Paulo.

PELICIONI, A. F. **Educação ambiental: limites e possibilidades de uma ação transformadora,** São Paulo. 195f. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2002.

PRADO, Bárbara Heliadora Soares do. **Educação ambiental e recuperação de matas ciliares na bacia hidrográfica do rio Capivari, em Itapetininga – SP.** 2004. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, UNIVERSIDADE DE SOROCABA, SOROCABA, 2004.

REIGOTA, Marcos. **O Que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna.** São Paulo: Cortez, 1999.

REIGOTA M. (org.) **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sou neto do Tomé**. In: CANDAU, V. (org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 111-134.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente e representação social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ecologistas** 4ª ed. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Iugoslávia: registros de uma barbárie anunciada**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias e narrativas através da educação ambiental**. In: REIGOTA, Marcos; POSSAS, R.; RIBEIRO, A. (org.) **Trajetórias e narrativas através da educação ambiental**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, Leodir F. **1ª semana de educação física da EMEF “Prof. Euclides de Oliveira” – São Roque/SP**. In: 4º Encontro de Pesquisadores e de Iniciação Científica da Universidade de Sorocaba, 08 e 09 de outubro de 2001. Sorocaba, SP: 2001.

\_\_\_\_\_. **Parque Estadual do Jurupará: histórico**. In: I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XIV Semana Alto Uruguai de Meio Ambiente. 09 a 12 de setembro de 2002. Erechim: EdIFAPES, 2002.

ROJANSKI, Luli. **Lugar da chuva: crônicas do Amapá**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. **Descobrir o corpo: uma história sem fim**. In: **Educação & realidade** – v.1, n.1 Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2000. pág. 49-58.

SÃO PAULO, **Decreto n.12.185**, de 30 de agosto de 1978. Declara Reserva Florestal do Estado as terras do 2º Perímetro de São Roque, necessária aos fins que especifica. In: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 31 de agosto de 1978, n. 165.

SÃO PAULO, **Decreto n.35.703**, de 22 de setembro de 1992. transforma em Parque Estadual do Jurupará, a área da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque,

criada pelo DECRETO nº 12.185, de 30 de agosto de 1978, e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 23 de setembro de 1992, v. 102, n. 181.

SANTIN, Silvino. Perspectivas na visão da corporeidade. In: MOREIRA, Wagner (org.). **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 1992. Coleção Corpo e Motricidade.

SCHOELER, Cíntia Tâmara. **Levantamento das propostas da prática ambiental escolar no município de Picada Café: uma análise voltada a principio de qualidade de vida**. In; I SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, II SIMPÓSIO GAUCHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, XIV SEMANA ALTO URUGUAI DO MEIO AMBIENTE, 09 A 12 de setembro de 2002. Erechim, RS. **Diversidade na Educação Ambiental: olhares e cores**. Erechim, RS: EdiFAPES, 2002. p. 185-192.

SILVA, Rossana V. de Souza. **Pesquisa em educação física: determinações históricas e implicações epistemológicas**. 1997. Tese de doutorado em Educação, na área de concentração: História e Filosofia da Educação. Faculdade de Educação. UNICAMP. Campinas, SP.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, Carmem L.; TAFFAREL, Celi N. Z.; ESCOBAR, Michele O. **A educação física escolar na perspectiva do século XXI**. In: MOREIRA, Wagner (org.). **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 1992. Coleção Corpo e Motricidade.

SOARES, Carmem Lucia. **Natureza, vida ao ar livre e educação física no início do século XX: fragmentos da obra de Georges Herbert**. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (13.: 2003: Caxambu). Anais (recurso eletrônico). Campinas: CBCE, 2003.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das Tropas**. Sorocaba, SP: TCM, 2001.

**TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J. e.** Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. **São Paulo: EPU/Eusp, 1988**

VAGO, Tarcísio Mauro. **Por uma cultura escolar de Educação Física**. In: **Educação Física e Esporte: Intervenção e conhecimento**. Campinas (SP): CBCE, 1999.

VICTAL, Maria I. F. **Retrato ambiental da cidade de São Paulo – o sentido de ligação de crianças e adolescentes paulistanos com a natureza**. 2000. 112 f. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências Sociais. PUC São Paulo.